

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Educação

Izabela Silva Moreira

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APAC FEMININA
DE BELO HORIZONTE**

Belo Horizonte

2024

Izabela Silva Moreira

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APAC FEMININA
DE BELO HORIZONTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação: Direito à Educação e Políticas Educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Orientadora: Prof^ª Dtr^a Maria Inês Martins

Belo Horizonte

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

M835e Moreira, Izabela Silva
Educação de jovens e adultos na APAC feminina de Belo Horizonte /
Izabela Silva Moreira. Belo Horizonte, 2024.
77 f. : il.

Orientadora: Maria Inês Martins
Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
Programa de Pós-Graduação em Educação

1. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Belo Horizonte -
MG). 2. Prisões - Mulheres. 3. Prisioneiras - Educação. 4. Ressocialização. 5.
Prática de ensino. 6. Interação social. 7. Sociologia educacional. I. Martins, Maria
Inês. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 374.7

Izabela Silva Moreira

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA APAC FEMININA DE BELO
HORIZONTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação: Direito à Educação e Políticas Educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino.

Prof^a Dtr^a Maria Inês Martins - PUC Minas (Orientadora)

Prof. Dr. Amauri Carlos Ferreira - PUC Minas (Banca Examinadora)

Prof^a Dr^a Dawn Alexis Duke - University of Tennessee (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 04 de julho de 2024

*À todas as mulheres em situação de privação de liberdade, em especial as recuperandas
da APAC Feminina de Belo Horizonte;*

À todas as mulheres da minha família, que me tornaram a mulher que sou hoje;

*E a cada ser humano que a barreira de gênero, raça ou classe ainda impeça de ter uma
educação digna e de qualidade.*

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Minas, seus excelentes professores e gentis funcionários, que me auxiliaram em cada etapa nesses dois anos. Em especial ao Professor Amauri, que fez a qualificação deste trabalho, a quem agradeço pelas dicas de leituras e ensinamentos preciosos; e à minha orientadora, Professora Maria Inês, a quem agradeço pela paciência, pelo diálogo e orientações, sempre tão pontuais e esclarecedoras.

Ao projeto de extensão Em Busca do Humano e da Humanidade, e seu coordenador, Professor Robson Brito, pela acolhida e ao Laboratório de Extensão, Práticas, Pesquisas, Publicações Acadêmicas e Internacionalização - Lepppai, e toda equipe da Proex - PUC Minas, que me permitiram ser uma pesquisadora-extensionista.

Aos meus colegas de mestrado, pelos desabafos, risadas e trocas de conhecimento.

À minha mãe, Maria José, que sempre me apoiou em todos os caminhos que escolhi traçar na jornada até aqui, e que me ensinou a percorrer todos eles com gentileza e bondade.

À minha tia, Maria Auxiliadora, que possibilitou meus estudos e plantou em mim a semente da educação, desde pequena, me fazendo acreditar que é através dela que podemos fazer pequenas transformações rumo a uma realidade melhor.

À minha tia Aparecida, e minhas primas, suas filhas e netas, que são meus presentes e a certeza de que nunca estarei sozinha.

À Melody, minha estrelinha, que me acompanhou desde os 10 anos de idade, e agora segue me acompanhando, mesmo de longe.

Ao Iago e Pantufa, por serem a família que eu escolhi e por me escolherem todos os dias.

À minha psicóloga Ana Luiza, à minha melhor amiga Hallini, e a todas as demais pessoas que me acompanharam nessa jornada, deixando ela mais bonita, até nos momentos difíceis.

Tempo virá.

Uma vacina preventiva de erros e violência se fará.

As prisões se transformarão em escolas e oficinas.

E os homens, imunizados contra o crime,

cidadãos de um novo mundo,

contarão às crianças do futuro,

*estórias absurdas de prisões, celas, altos muros, de um tempo
superado.*

(Cora Coralina, 2008, p. 151- 152)

RESUMO

A pesquisa, intitulada "Educação de Jovens e Adultos na APAC Feminina de Belo Horizonte", objetiva investigar as relações e os processos educacionais, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), no ambiente do cárcere, trazendo como sujeitos desta investigação as recuperandas da APAC Feminina. O estudo centra-se nas experiências das recuperandas, que são os sujeitos principais desta pesquisa. Utilizando uma abordagem qualitativa, foram empregadas entrevistas individuais, observação participante e análise documental para coletar dados. Foi utilizada a observação realizada dentro de um projeto de extensão atuante na APAC Feminina de Belo Horizonte, proporcionando insights sobre as práticas pedagógicas e as interações sociais no contexto prisional. Foi utilizada também a revisão sistemática de literatura com o objetivo de identificar estudos prévios sobre o tema, compreender quais práticas educacionais têm sido eficazes em contextos semelhantes, e destacar as lacunas de conhecimento que a pesquisa atual pode preencher, garantindo uma base sólida para o desenvolvimento do estudo e a construção de novos conhecimentos na área. A escolha da APAC Feminina de Belo Horizonte como local de estudo se justifica pela sua relevância no contexto prisional brasileiro, além de sua proposta de ressocialização baseada em princípios humanitários. O foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA) se deve à importância de proporcionar oportunidades educacionais para um grupo frequentemente marginalizado pela sociedade. O referencial teórico desta pesquisa considera a sociologia da educação, teorias da aprendizagem e estudos sobre educação prisional, em particular a educação de jovens adultos e sua legislação, para compreender as dinâmicas educacionais no ambiente carcerário. As considerações finais pretendem informar e refletir sobre as políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas para a educação de adultos em contextos de privação de liberdade, visando à promoção da reintegração social e à redução da reincidência criminal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos; Processos Educativos Prisionais; Mulheres em Situação de Privação de Liberdade; Sistema APAC

ABSTRACT

The research, entitled "Education of Youth and Adults in the Female APAC of Belo Horizonte," aims to investigate the educational relationships and processes within the scope of Youth and Adult Education (YAE) in the prison environment, with the participants of this investigation being the female inmates of APAC. The study focuses on the experiences of these inmates as the main subjects. Employing a qualitative approach, data collection methods included individual interviews, participant observation, and document analysis. Observation was conducted within an extension project active in the Female APAC of Belo Horizonte, providing insights into pedagogical practices and social interactions in the prison context. Additionally, a systematic literature review was conducted to identify previous studies on the topic, understand effective educational practices in similar contexts, and highlight knowledge gaps that the current research can fill, ensuring a solid foundation for study development and the construction of new knowledge in the field. The choice of the Female APAC of Belo Horizonte as the study site is justified by its relevance in the Brazilian prison context, as well as its proposal for reintegration based on humanitarian principles. The focus on Youth and Adult Education (YAE) is due to the importance of providing educational opportunities for a group often marginalized by society. The theoretical framework of this research considers the sociology of education, learning theories, and studies on prison education, particularly the education of young adults and its legislation, to understand the educational dynamics in the prison environment. The final considerations aim to inform and reflect on public policies and pedagogical practices aimed at adult education in contexts of liberty deprivation, aiming at promoting social reintegration and reducing criminal recidivism.

KEYWORDS: Youth and Adult Education; Prison Education Processes; Women in Situations of Deprivation of Liberty; APAC System

SIGLAS

APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEB - Câmara de Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNPCP - Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

DNEJA – Diretrizes Nacionais para Educação de Jovens e Adultos

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

ERIC - Education Resources Information Center

FAE – UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBTQIAP+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais e + (englobando demais gêneros e sexualidades)

MEC - Ministério da Cultura

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos

ONU - Organização das Nações Unidas

PBA – Programa Brasil Alfabetizado

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

PNAC – Programa Nacional de Alfabetização

PPL - Pessoas em Privação de Liberdade

PUC MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

SEA - Serviço de Educação de Adultos

SISDEPEN - Secretária Nacional de Políticas Penais

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

YAE – Youth and Adult Education

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. A APAC e sua dupla finalidade

Imagem 2. Os 12 elementos do método APAC

Imagem 3. Fluxograma da Revisão Sistemática de Literatura

Imagem 4. Total de Mulheres em Situação de Cárcere no Brasil

Imagem 5. Total de Mulheres na APAC Feminina de Belo Horizonte

Imagem 6. Escolaridade da população prisional brasileira

Imagem 7. Escolaridade da População da APAC Feminina de Belo Horizonte

Imagem 8. Total da População Carcerária em Atividades Educacionais e Laborais

Imagem 9. Total da População da APAC Feminina de Belo Horizonte em Atividades Educacionais e Laborais

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Consolidação dos textos resultantes da RSL

Quadro 2. Participantes da Pesquisa

Quadro 3. Divisão de turmas da Escola Estadual Professora Nair de Oliveira Santana

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Mulheres privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação

Tabela 2. Educação e Profissionalização de Recuperandos

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. População Prisional x Atividades Educacionais Realizadas

Gráfico 2. Total da População Prisional Feminina e Masculina

Gráfico 3. Escolaridade das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	2
2.1 Educação de Jovens e Adultos - EJA.....	2
2.2 - Educação Prisional no Brasil.....	4
Fonte: (INFOPEN, 2020).....	6
2.3 - Mulheres em Situação de Cárcere.....	6
2.4 - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC.....	10
3. PROBLEMA DA PESQUISA.....	14
4. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	14
5. METODOLOGIA.....	20
6. LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS.....	25
7. PESQUISA DE CAMPO.....	29
7.1 - Gênero e Cárcere - Quem são as mulheres em situação de cárcere?.....	31
7.2 - Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade – EJA PPL. 37	
7.3 - Método APAC – Um método de Justiça Restaurativa.....	45
8. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
APÊNDICES.....	66
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	67
Apêndice B – Termo de Compromisso de Dados (TCUD).....	70
Apêndice C - Roteiro entrevista semiestruturada para as recuperandas.....	71
Apêndice D – Roteiro entrevista semiestruturada para os professores.....	73
ANEXOS.....	74
Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética.....	74

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca entender o funcionamento da educação de jovens e adultos para pessoas privadas de liberdade, mais especificamente para as mulheres da APAC Feminina de Belo Horizonte. Focando nos conceitos principais da Educação de Jovens e Adultos - EJA, APAC, e educação prisional e gênero.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino destinada a garantir a escolarização e a qualificação profissional de pessoas que não concluíram os estudos na idade regular. Este modelo educacional tem uma importância crucial no contexto da reintegração social, especialmente para indivíduos privados de liberdade, uma vez que proporciona oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma organização que se destaca por seu método humanizado de cumprimento de pena. Diferentemente do sistema prisional convencional, a APAC visa recuperar o preso, proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a justiça restaurativa. As unidades da APAC são geridas com base em um modelo que valoriza a disciplina, o trabalho, a espiritualidade, a assistência social e a educação, proporcionando um ambiente mais digno e propício à recuperação dos internos.

No contexto da educação prisional, é fundamental analisar a interseção com as questões de gênero, dado que as mulheres privadas de liberdade enfrentam desafios específicos que diferem dos enfrentados pelos homens. A pesquisa direcionada à APAC Feminina de Belo Horizonte busca explorar como essas diferenças são abordadas, quais são as metodologias pedagógicas utilizadas e como a educação contribui para a transformação e empoderamento dessas mulheres.

Ao investigar esses aspectos, a pesquisa pretende não apenas contribuir para o entendimento teórico das práticas educacionais no sistema prisional, mas também fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que atendam às necessidades educacionais das mulheres privadas de liberdade.

2. DELINEAMENTO DA PESQUISA

2.1 Educação de Jovens e Adultos - EJA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem um longo caminho e é discutida desde o início da formação do país, no entanto só se consolidou com um significado político-social, com o surgimento do movimento da educação popular, liderado por Paulo Freire. No Parecer CNE/CEB 11/2000 (BRASIL, 2000, p. 4), a EJA é compreendida como uma “dívida social não reparada para os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais na escola ou fora dela”. Sendo assim, a EJA busca reparar a falta de oportunidades que, muitas vezes, atinge a trajetória escolar dos sujeitos desde a infância.

Arroyo (2012) inclui os sujeitos da EJA nas camadas sociais que tiveram seus direitos básicos cerceados:

Vejam algumas formas de pensá-los e conformá-los às quais reagem os coletivos. Em suas ações às formas parciais, superficiais de sua classificação que ocultam os processos mais radicais de sua interiorização e segregação, como coletivos humanos. As categorias mais frequentes com que são vistos, sobretudo no pensamento sociopedagógico, têm sido: marginalizados, excluídos, desiguais, inconsciente. Formas de pensá-los e classificá-los que ocultam formas históricas mais abissais e sacrificiais de segregá-los. (Arroyo, 2012, p.40)

O Ato Constitucional de 1834 coloca a instrução primária e secundária de jovens e adultos como responsabilidade das províncias, tendo um objetivo missionário e de caridade, com a ideia de que as “pessoas providas de instrução seriam mais iluminadas em oposição às trevas da ignorância” (Bastos e Stephanou, 2005). Por muitos anos, no Brasil, a alfabetização de jovens e adultos manteve esse princípio de moralizar, sendo tratado como um ato de caridade e não um direito.

Um século depois, em 1934 é criado o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos. O Plano Nacional de Educação determinava o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. A partir disso volta-se o olhar à necessidade da educação para essa população que não teve o ensino na época regular.

Em 1946 surge a Lei Orgânica do Ensino Primário, que prevê o Supletivo para jovens e adultos que não finalizaram os estudos. E em 1947 se cria o Serviço de Educação de Adultos (SEA), com a função de coordenar os planos anuais de ensino do Supletivo. A

junção do Supletivo com a criação do SEA é considerada a Primeira Campanha de Educação de Adultos.

A grande crítica desse primeiro movimento, que é um antecessor à EJA, é a preocupação pela quantidade de alunos formados em detrimento à educação dos mesmos. Motivado pela pressão internacional de diminuir o índice de analfabetismo, o SEA homogeneizava os alunos e repetia a tradição de moralizar, ao invés de instruir, com pequenos guias de leitura sobre comportamento moral.

Em 1958 Paulo Freire chama a atenção para a importância do desenvolvimento educativo contextualizado às necessidades do educando:

“Os professores devem compreender a realidade de seus alunos e levá-los ao pensamento crítico e reflexivo, respeitando sua cultura e seu contexto histórico e podendo gerar críticas e problematizações através de questionamentos.”
(Freire, 1958)

Ainda sobre a contribuição de Freire na Educação de Jovens e Adultos no Brasil, destaca-se o projeto de alfabetização em "40 horas em Angicos", em 1963, no qual Freire alfabetizou cerca de 300 jovens e adultos em 40 horas, através de sua metodologia que propunha o início do processo de aprendizagem da leitura e da escrita pelo aluno, partindo de três princípios: investigação temática, tematização e problematização.

No período da ditadura militar, o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), que teria seu início no governo João Goulart, foi cancelado e movimentos sociais que realizavam ações de alfabetização independentes foram perseguidos.

“Houve paralisação completa, por dois anos, de qualquer ação do governo federal no âmbito da alfabetização de adultos. De 1964 a 1966 o governo federal não fez nada, tamanha a preocupação de setores conservadores nessa área. Precisou a ONU e a Unesco chamarem a atenção do governo para que em 1966 passasse a apoiar a Cruzada ABC de Alfabetização e, em 1967, criasse o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)” (Vieira, 2004)

Ainda no período do golpe militar, após a pressão internacional, foi criado o MOBREAL, um projeto que pretendia acabar com o analfabetismo em 10 anos, mas que homogeneizava os alunos e considerava que a alfabetização se resumia em saber assinar o próprio nome.

O MOBRAL teve seu fim em 1985, dando lugar para a Fundação Nacional de Jovens e Adultos (EDUCAR), com a mesma função de erradicar o analfabetismo no país, mas carregava um cunho social e novas metodologias.

Art. 1.º – A Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, instituída pelo Decreto n.º 62.455, de 22 de março de 1968, nos termos do Art. 4.º da Lei n.º 5.379, de 15 de dezembro de 1967, passa a denominar-se Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar, com o objetivo de fomentar a execução de programas de alfabetização e educação básica destinados aos que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos prematuramente (Brasil, 1985 apud Niskier, 1989, p. 484)

A Fundação Educar durou até 1990, quando foi substituída pelo Programa Nacional de Alfabetização (PNAC). Com essa troca frequente de programas educacionais os índices de analfabetismo no país seguiam altos, como consequência em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alguns programas foram implantados na tentativa de mudar esse cenário, entre eles o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), que atribuiu a responsabilidade da EJA não só ao Estado, mas também à sociedade em geral e às organizações privadas.

2.2 - Educação Prisional no Brasil

Considera-se que a EJA no sistema prisional consiste em um amplo processo de escuta da sociedade civil e dos governos estaduais, envolvendo diferentes atores vinculados à educação em prisões, incluindo profissionais da execução penal e internos do sistema penitenciário. Esse processo, coordenado pelo Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), teve início em 2005, no âmbito das ações do Projeto Educando para Liberdade e contou com o apoio de organismos internacionais como a UNESCO e a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI).

No entanto, a história da Educação Prisional no Brasil tem um longo caminho, sendo seu primórdio no Período Colonial, nas Casas de Correção da Corte, onde eram atribuídas atividades educativas aos presos, de acordo com o Decreto nº 678, de 6 de julho de 1850, estabelecendo um Regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro e definiu que a prisão com trabalho seria dividida em duas classes: correcional e criminal (Brasil, 1850), visando a formação da moral cristã e o letramento básico.

Posteriormente, em 2 de outubro de 1957, a Lei nº 3.274 prevê em seu artigo 1º, inciso XIII, “a educação moral, intelectual, física e profissional dos sentenciados” (Brasil,

1957). Com uma proposta de educação que orientasse os homens em situação de cárcere à uma escolha profissional que encaminhasse à reinserção social.

Na década de 1980 a eficácia do sistema carcerário em outros países começa a ser questionada com mais vigor por estudiosos da área, com destaque a Foucault (1987), que defende a educação como um direito do encarcerado:

A educação do detento é por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento, ela é a grande força de pensar. (Foucault, 1987, p.224)

Em paralelo, no Brasil, o MOBREAL, cujo objetivo era a alfabetização de jovens e adultos e a reformulação do Código Penal, com a Lei 7.210/1984 (BRASIL, 1984), que inclui como direito ao preso a assistência educativa e profissional.

É a partir desse pensamento que começa no Brasil uma luta mais ativa para que o direito a educação seja realmente universal, e chegue dentro do sistema penitenciário. A Resolução nº 3, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), do Ministério da Justiça, dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais, trazendo importantes avanços (CNPC, 2009).

Em 2010, o movimento em defesa do direito à educação nas prisões alcançou uma importante vitória com a aprovação, no Conselho Nacional de Educação (CNE) e no Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), das Diretrizes Nacionais para a oferta de EJA (DNEJA) em situação de privação de liberdade.

Atualmente a Lei nº 7210/1984 (Brasil, 1984) ainda vigora, instituindo o quadro de oferta da educação prisional como condição de direito do sujeito, nos artigos 17 a 21. Nessa legislação fica estabelecida a assistência educacional compreendida em instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado; sendo o ensino de primeiro grau obrigatório, equivalente ao atual Ensino Fundamental, integrando-se ao sistema escolar da unidade federativa; e o profissionalizante ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. É posto no termo da lei que as mulheres “condenadas”¹ terão ensino profissional adequado à sua condição; que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares; e que os

¹ Terminologia empregada em termos linguísticos da lei em apreço

estabelecimentos penais devem ser dotados de biblioteca, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Estando garantida por lei a oferta de educação prisional, é necessário pensar também na função social da EJA para as pessoas privadas de liberdade (PPL). A educação, além de proporcionar melhores oportunidades fora do ambiente prisional, dignifica e contribui para a ressocialização do sujeito em situação de cárcere, podendo configurar-se como uma ponte para o mundo exterior.

Segundo o último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN, de 2020, 165.127 pessoas em situação de privação de liberdade encontravam-se em atividades educacionais, estando 12.624 em processo de alfabetização, 31.941 no Ensino Fundamental, 16.091 no Ensino Médio e 770 no Ensino Superior, conforme mostra o gráfico seguinte:

Gráfico 1: População Prisional x Atividades Educacionais Realizadas



Fonte: (INFOPEN, 2020)

2.3 - Mulheres em Situação de Cárcere

Tratando-se de mulheres aprisionadas, além das dificuldades impostas pelo ambiente do cárcere em si, existem as dificuldades causadas pelas desigualdades de gênero, historicamente constituídas que impactam o acesso ao direito à Educação para as mulheres em situação de cárcere. Almeida (2006), discutindo a questão da criminalidade feminina, afirma que ao praticarem crimes, as mulheres contrariam e surpreendem a sociedade, pois delas ainda não se esperam comportamentos que

denotem criminalidade. Em contrapartida, a sociedade, como represália a essa “surpresa”, é mais severa ao julgá-las.”

As críticas feministas às prisões “para mulheres” também apontam para o seu caráter normativo de gênero. Historicamente, mulheres são encarceradas por não corresponderem com os papéis designados pela sociedade para elas como esposas e mães. A punição, nesses casos, assume a tentativa de transformar as pessoas presas na noção “apropriada” de mulher.

Os homens são aqueles que correspondem em maior grau ao esperado daquilo que pertence ao crime, por isso, são as pessoas mais respeitadas no sistema. Performam os traços da masculinidade hegemônica, violenta; e sendo considerados perigosos ou “criminosos de verdade”. Essa construção de si garante maior segurança contra violências de gênero por parte de outros presos, mas coloca os homens em posição de específica vulnerabilidade contra os agentes penitenciários com maior violência. “O masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (Welzer-Lang, 2001, p. 462)

Nas unidades femininas os abusos sexuais que ocorrem também apontam para as dinâmicas de gênero que atuam no ambiente prisional. “Os abusos sexuais e violências cometidas por agentes penitenciários contra pessoas presas se tornou banalizado e universal, repetindo e multiplicando os mesmos moldes de submissão das mulheres do ‘mundo livre’” (Lee, 2003, p. 20).

Lee (2003) recupera na história das prisões que, em 1830, nos Estados Unidos, havia pouca separação entre homens, mulheres e crianças. Nessas condições, as mulheres estavam expostas a ataques sexuais, surras, e punições severas que geralmente as encaminhavam para doenças e a morte. Assim, propostas reformistas de bases religiosas exigiam a criação de espaços separados para as mulheres. Em 1839, em Nova Iorque, surge o que seria a primeira prisão na qual as mulheres presas estavam segregadas dos homens presos e estavam sob supervisão apenas de agentes penitenciárias femininas. Em 1873, em Indianápolis, é inaugurada a primeira prisão inteiramente feminina, para adultas e meninas, completamente operada por mulheres (gestão, equipe técnica e agentes penitenciárias). Menos de 50 anos depois disso, catorze estados norte-americanos já possuíam suas instituições prisionais inteiramente femininas. No

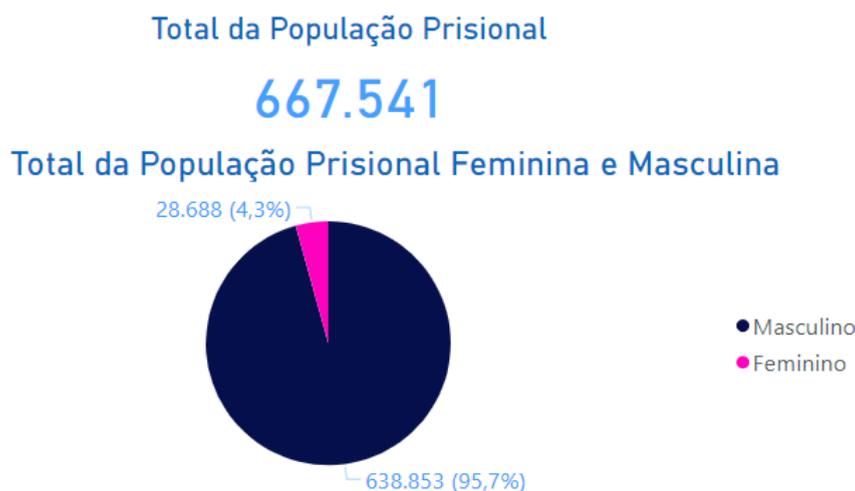
começo da década de 1970, já existiam trinta unidades prisionais exclusivamente femininas, sendo que em 24 dessas a diretoria era formada por homens.

Com o passar do tempo, as prisões femininas deixaram de carregar a proposta de especificidade de gênero no tratamento punitivo e incorporaram o sistema masculino de valores e dominação. Ou seja, um movimento de reforma prisional que buscava a proteção contra violências de gênero foi efetivamente cooptado pela hegemonia reacionária que conseguiu adaptar as transformações no sistema para fins conservadores (Lee, 2003).

Em 2014 o governo federal anuncia a publicação da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (Brasil, 2014). Esse guia é importante, pois define princípios, diretrizes e objetivos das políticas voltadas à melhoria da situação das mulheres no cárcere. Ainda que tenha sido redigido “sob um enfoque de gênero” (p. 9), não constam no documento propostas voltadas às especificidades da população de lésbicas, mulheres bissexuais, travestis ou mulheres transexuais em privação de liberdade, deixando as pessoas LBT desamparadas em seus direitos e especificidades.

Segundo o INFOPEN, o número de mulheres em situação de cárcere no Brasil era de 28,688 mil em 2020.

Gráfico 2: Total da População Prisional Feminina e Masculina (INFOPEN, 2020)

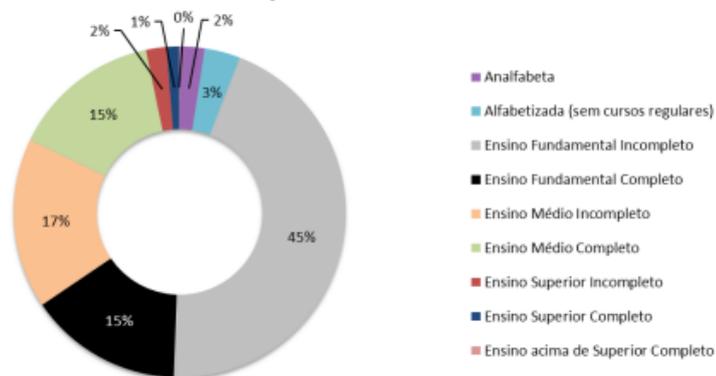


Fonte: (INFOPEN, 2020)

O último INFOPEN Mulheres, documento derivado do INFOPEN e desenvolvido para detalhar especificamente a situação de mulheres privadas de liberdade, é de 2018, e

informa que 45% das mulheres em situação de cárcere no Brasil não possuíam Ensino Fundamental Completo e apenas 1% possuía Ensino Superior Completo.

Gráfico 3: Escolaridade das Mulheres Privadas de Liberdade no Brasil (INFOPEN Mulheres, 2018)



Fonte: (INFOPEN Mulheres, 2018)

O documento mostra que apenas 25% das mulheres estão envolvidas em algum tipo de atividade educacional dentro do cárcere, seja o ensino escolar formal ou atividades complementares. A tabela 1, a seguir, consolida, em âmbitos estadual e nacional, tais dados.

Tabela 1: Mulheres privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação

UF	Mulheres em atividades de ensino escolar		Mulheres em atividades educacionais		% total de mulheres em atividades educacionais
	N	%	N	%	
AC	57	20%	0	0%	20%
AL	25	6%	0	0%	6%
AM	205	11%	0	0%	11%
AP	32	30%	0	0%	30%
BA	215	44%	0	0%	44%
CE	261	21%	0	0%	21%
DF	198	29%	6	1%	30%
ES	534	49%	60	5%	54%
GO	25	3%	1	0%	3%
MA	99	31%	17	5%	36%
MG	686	21%	85	3%	24%
MS	175	12%	0	0%	12%
MT	270	37%	12	2%	39%
PA	262	35%	0	0%	35%
PB	138	22%	0	0%	22%
PE	680	41%	0	0%	41%
PI	40	17%	50	21%	37%
PR	389	15%	60	2%	17%
RJ	NI	NI	NI	NI	NI
RN	6	1%	0	0%	1%
RO	174	24%	22	3%	27%
RR	40	24%	0	0%	24%
RS	414	21%	10	1%	22%
SC	198	13%	18	1%	14%
SE	53	23%	0	0%	23%
SP	2.755	19%	1.339	9%	28%
TO	46	24%	57	30%	53%
Brasil	7.977	21%	1.737	4%	25%

Fonte: INFOPEN Mulheres, 2018

Ainda que o número de mulheres estudando em presídios seja mais alto que o de homens, é um número irrisório considerando que é um direito para todas. No entanto, muitas mulheres encarceradas fazem opção pelo trabalho em detrimento da educação formal acreditando que o trabalho as pode render frutos imediatos.

2.4 - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC

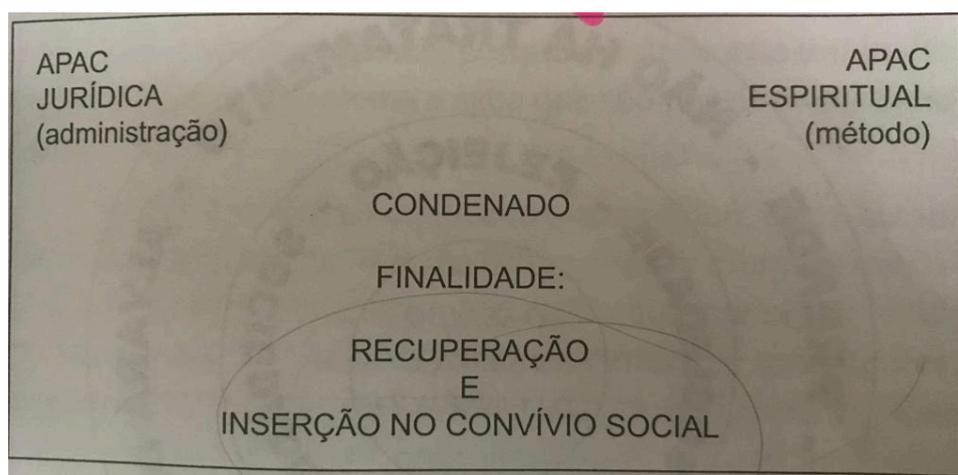
A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) é uma entidade civil de direito privado, com personalidade jurídica própria e que não possui fins lucrativos. Tendo como principal objetivo preparar o condenado à volta para a sociedade, o sistema apaqueano é um sistema alternativo ao presídio tradicional que utiliza da evangelização para a ressocialização.

A APAC nasceu em 1972, na cidade de São José dos Campos, em São Paulo. Criada pelo advogado Mário Ottoboni, após perceber as falhas do sistema prisional tradicional:

“...Naquela oportunidade pensamos em desenvolver um trabalho com a população prisional da única cadeia existente na mencionada cidade, com o objetivo único de amenizar as aflições de uma população sempre sobressaltada com as constantes rebeliões e atos de inconformismo dos presos que viviam amontoados no estabelecimento situado na região central da cidade.”
(Ottoboni, 2001, p.23)

Ottoboni define o sistema que criou como “um método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se, logrando, dessa forma, o propósito de proteger a sociedade e promover a justiça”. O criador do método ainda o divide em duas finalidades: jurídica e espiritual, afirmando que uma ampara a outra, apesar de distintas (Imagem 1).

Imagem 1: A APAC e sua dupla finalidade



Fonte: Vamos matar o criminoso? O método APAC - Mário Ottoboni

A Filosofia da APAC é “matar o criminoso e salvar o homem”, conforme seu caráter religioso, o método crê que uma vez que o condenado, estando dentro da APAC renomeado recuperando, receba condições dignas e suporte moral, ele conseguirá cumprir sua pena e não reincidir ao crime. Sua filosofia também é meritocrática, segundo Ottoboni “o mérito deve sempre sobrepor-se ao aspecto objetivo da pena, exatamente porque é nele que reside a segurança do condenado e da sociedade” (p.47).

Essa metodologia baseada em religião e mérito possui 12 elementos (Imagem 2), que são fundantes para as duas bases:

Imagem 2: Os 12 elementos do Método APAC



Fonte: Portal FBAC – o elo entre as APACs

O sistema também valoriza o trabalho, e incentiva à realização de cursos profissionalizantes. Apesar da educação não ser a base do método, sendo essa a religião, ela segue a legislação e é de oferta ampla nas APAC, e atualmente as APAC possuem um total de 2.747 de seus 6.432 recuperandos em atividades educacionais, sem recorte de gênero.

Tabela 2: Educação e Profissionalização de Recuperandos

Alfabetização	393
Ensino fundamental	1.042
Ensino Médio	802
Ensino Superior	244
Cursos Profissionalizantes	266
TOTAL DE RECUPERANDOS ESTUDANDO	2.747

Fonte: Portal FBAC – O elo entre as APAC

Atualmente em todo o Brasil existem 153 APACs, estando 64 em funcionamento, e 89 em processo de implantação. Das APACs em funcionamento somente 9 são femininas. A primeira APAC feminina foi fundada somente 30 anos após o início do método em 2002, na cidade de Itaúna - MG. O método ainda é bastante voltado para os homens,

não tendo nenhuma menção às questões de gênero ou as mulheres de forma geral em seu regulamento e em seus princípios norteadores.

3. PROBLEMA DA PESQUISA

A APAC Feminina é a primeira APAC no município de Belo Horizonte e foi inaugurada em 2019 e iniciou suas atividades como Centro de Reintegração Social em 12 de Maio de 2020, acolhendo inicialmente 5 recuperandas, que apesar de serem de Belo Horizonte, cumpriam pena na APAC de Itaúna. De acordo com o último INFOPEN publicado, em 2020 a APAC Feminina tinha o total de 80 recuperandas, estando 79 mulheres cumprindo o regime fechado e 1 o semiaberto.

Tendo em vista o pouco tempo de funcionamento da unidade, o processo educacional, por meio da EJA, que ocorre dentro da própria APAC não foi investigado, essa determinante justifica essa proposta de pesquisa de dissertação que tem os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL: Investigar como acontece o processo da EJA dentro da APAC Feminina de Belo Horizonte tendo como foco o Ensino Médio

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar quais são as políticas educacionais estabelecidas para mulheres em situação de cárcere na modalidade EJA dentro da APAC.
- Investigar o objetivo das mulheres em situação de cárcere ao fazerem EJA.
- Analisar se o objetivo da EJA pelo ponto de vista do método apaqueano é instruir ou moralizar as recuperandas.

4. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

A “revisão sistemática de literatura” ou “revisão de literatura comparada” é um tipo de investigação científica a partir de estudos observacionais retrospectivos ou de estudos experimentais de recuperação e análise crítica da literatura. Testam hipóteses e têm como objetivo levantar, reunir, avaliar criticamente a metodologia da pesquisa e sintetizar os resultados de diversos estudos primários buscando responder a uma pergunta de pesquisa claramente formulada. Consiste na utilização de métodos

sistemáticos e explícitos para recuperar, selecionar e avaliar os resultados de estudos relevantes, e reunir e sistematizar os dados dos estudos primários (unidades de análise).

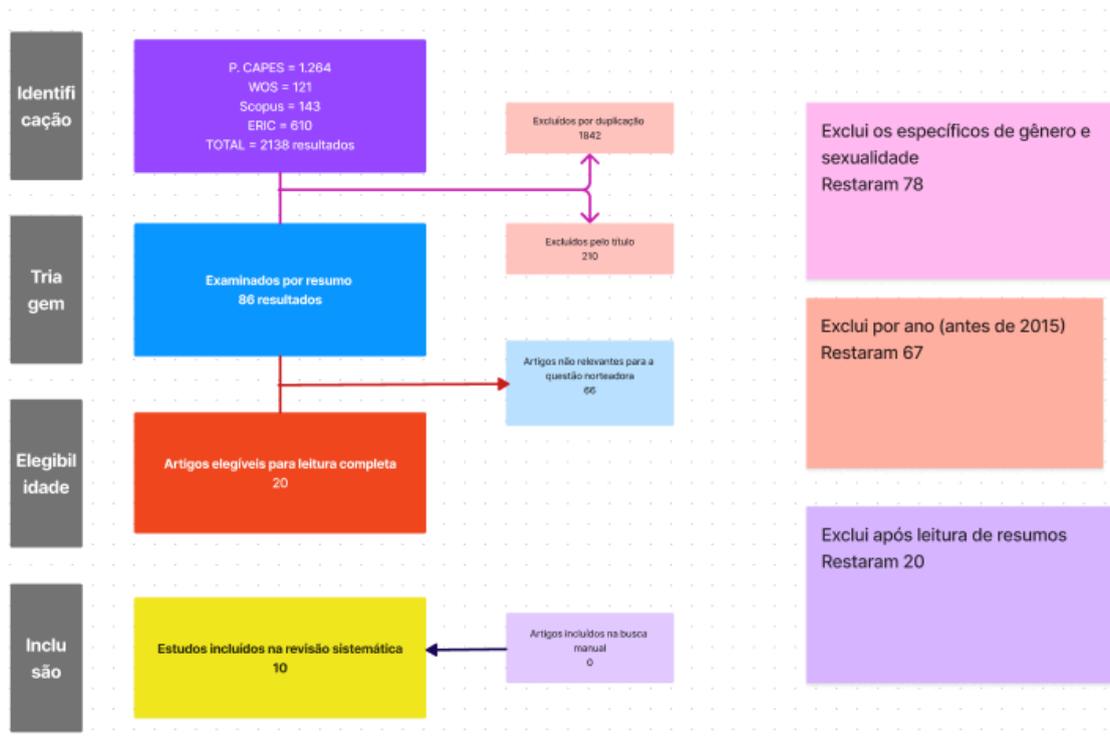
Nesta dissertação, a revisão sistemática de literatura foi construída por meio um levantamento sistematizado usando os 5 principais portais de pesquisa em educação: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal CAPES, Web of Science (WoS), Scopus e Education Resources Information Center (Eric). Como estratégia de pesquisa foram usadas as palavras-chaves “Educação de Jovens e Adultos”; “Processos Educativos Prisionais”; ‘Mulheres em Situação de Privação de Liberdade’; ‘Sistema APAC’ tanto combinadas, quanto separadamente, pesquisadas nos idiomas português brasileiro, inglês e espanhol.

Na pesquisa com todas as palavras-chave juntas não foram obtidos resultados relevantes, ressaltando a importância de uma investigação sobre o tema. Dessa forma, se buscou combinações entre as palavras-chave “APAC e Educação Prisional”, “APAC e Mulheres Aprisionadas”, “EJA e Educação Prisional”, “APAC e EJA e Educação Prisional”, Mulheres Aprisionadas e EJA e Educação Prisional”, separadamente, nos cinco portais. Foram encontrados 2138 resultados, reunidos e organizados com a utilização da ferramenta EndNote, sendo eliminados pela própria ferramenta por duplicação 1842 e 210 excluídos pelo título ou área de estudo, que divergiam da proposta da pesquisa aqui apresentada.

Após os dois primeiros critérios de exclusão, duplicação e leitura de título, foi feita a leitura dos resumos dos artigos, teses e dissertações restantes, sendo descartados 66, devido a não relevância com a questão norteadora desta pesquisa, por fim foi feita a análise detalhada e 20 artigos e teses foram selecionados para a leitura completa.

A Imagem 3, a seguir, consolida, em formato de fluxograma, as etapas praticadas durante a Revisão Sistemática da Literatura.

Imagem 3: Fluxograma da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: Fluxograma criado pela pesquisadora, 2022

Dos 20 lidos, 10 se mostraram pertinentes a pesquisa bibliográfica e de campo da presente dissertação e serão apresentados no Quadro 1, a seguir, catalogadas por título, ano, autoria, instituição e pelas categorias de análise usadas previamente como palavras-chave:

Quadro 1: Consolidação dos textos resultantes da RSL

Título	Categoria de Análise	Ano	Autor(es)	Instituição	Pertinência para a pesquisa
Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas	Gênero e Cárcere	2022	Figueiredo, Ana Cristina Costa; Stengel, Márcia; Oliveira, Alexandra	Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília	Tendo em vista a sexualidade como uma das formas de controle do corpo, assim como o aprisionamento, entender como essa forma de controle é imposta nas mulheres encarceradas é fundamental para maior entendimento da questão do gênero no cárcere, um de meus objetivos na pesquisa.
Reflexões sobre concepções pedagógicas na educação de jovens e adultos em espaço de privação de liberdade: experiência num presídio feminino	EJA PPL, Gênero e Cárcere	2019	Rodrigues, Fabiana Moura Maia	Universidade Estadual de Maringá	Compreender práticas e concepções pedagógicas na educação de jovens e adultos em um presídio regular permite uma comparação de como essas práticas e concepções são diferentes ou similares no meu campo de pesquisa, uma APAC Feminina.
Práticas formativas das mulheres em privação de liberdade e das em situação de egressas do sistema prisional de minas gerais	EJA PPL, Gênero e Cárcere, Método APAC	2021	Alves, Yara Elizabeth	Universidade Federal de Minas Gerais	Se inserindo nas três categorias analisadas pela pesquisa, a tese mostra como o princípio educativo do trabalho e os estudos impactam a vida egressas do sistema apaqueano, ajudando a entender como o mesmo processo também acontece dentro do sistema.
O Ensino Prisional para Mulheres Privadas da Liberdade: Um Debate da Realidade	EJA PPL, Gênero e Cárcere	2020	Sampaio, Aysla Wisllaine Lopes; Santos, Pedro Fernando Dos	FACHUSC	O trabalho discute a falha no acesso a educação de jovens e adultos dentro de prisões, mais especificamente em prisões femininas, permitindo identificar o problema das duas categorias de análise englobadas.
O acesso à educação por mulheres presas: a educação nas prisões em perspectivas de gênero	EJA PPL, Gênero e Cárcere	2022	Cardoso, Fernando da Silva; Bomfim, Alanna	Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSul)	Em contrapartida do trabalho da linha anterior deste quadro, este trabalho fala sobre a garantia do acesso a educação em prisões e ambientes de cárcere femininos, auxiliando no entendimento dos direitos que garantem tal acesso.

Título	Categoria de Análise	Ano	Autor(es)	Instituição	Pertinência para a pesquisa
Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino	EJA PPL, Gênero e Cárcere	2017	Souza, Maria Celeste Fernandes; Nonato, Eunice Maria Nazareth; Bicalho, Maria Gabriela Parenti	Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes - UFJF	Trazendo quatro diferentes instituições prisionais diferentes, todas localizadas em Minas Gerais e em sistema regulares, o trabalho explicita as especificidades em cada instituição, permitindo ter informações para comparação com o locus da pesquisa.
Formação educacional e profissional e a política de reintegração social das APACs nas produções científicas	EJA PPL, Método APAC	2021	Alberto, Márcia De Souza Oliveira Paes Leme; Medeiros, Lílian Gobbi Dutra; Carvalho, Marco Antônio de; Santiago, Léia Adriana da Silva	UFSCAR	Diferente das demais o trabalho é uma pesquisa cem por cento quantitativa levantando os aspectos que os pesquisadores têm refletido sobre a formação educacional e profissional no sistema prisional APAC.
Educação na APAC: uma oportunidade de reintegração social do recuperando	EJA PPL, Método APAC	2021	Martins, Tânia Alves	UECE	Tratando especificamente do aspecto restaurativo da APAC, que tem como princípio os direitos humanos, o trabalho traz como a educação é uma ferramenta desse princípio, ajudando a entender a diferença da educação de jovens e adultos na APAC para a educação de jovens e adultos em um sistema regular.
Educação encarcerada: um estudo sobre mulheres reclusas e estudantes na capital de Minas Gerais	EJA PPL, Gênero e Cárcere	2018	Barros, Lúcio Alves de; Marçal, Caio César Sousa	UFMA	O trabalho em apreço traz questões socioeconômicas do perfil de mulheres em situação de privação de liberdade que são alunas da educação de jovens e adultos, permitindo traçar um perfil dessa população.
Desigualdade de gênero: uma análise da exclusão da mulher no processo de implementação das apacs no Brasil	Gênero e Cárcere, Método APAC	2017	Silva, Ronaldo Alves Marinho da; Santiago, Brunna Rabelo	Grupo Tiradentes	O último trabalho contemplado nesse quadro traz um dado levantado na presente pesquisa, a diferença de número das APACs Femininas e Masculinas, e o impacto do gênero no sistema APAC.

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, 2023

Os trabalhos selecionados se destacam por estarem dentro das categorias de análise já mencionadas, “Gênero e Cárcere”, “Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade – EJA PPL”, e “Método APAC”, tendo a maioria englobado duas ou três das categorias. A pesquisa que foge desse padrão e engloba apenas “Gênero e Cárcere”, foi escolhida por tratar da questão de gênero dentro de um presídio misto, interessando para o presente trabalho, uma vez que interessa saber a diferenças de tratamento sob o ponto de vista do recorte de gênero em diferentes tipos de cárcere, para saber como esse recorte afeta, ou não afeta, a educação de jovens e adultos na APAC Feminina de Belo Horizonte.

5. METODOLOGIA

A proposta metodológica deste estudo prioriza a pesquisa qualitativa, visando o cunho social da mesma, utilizando de dados públicos e da legislação como instrumentos que visam aproximar dos processos humanos e sociais.

No livro *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*, a autora Maria Cecília de Souza Minayo (2001) sintetiza o trabalho da pesquisa qualitativa:

[...]trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 2009, p.21)

A autora também discorre sobre os diferentes níveis que a pesquisa de cunho qualitativo permite alcançar, tendo em vista que percorre um caminho ligado aos sentimentos e significados atribuídos as ações humanas, o diferenciando de um processo de quantificação ou de descrição. Segundo a autora “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (p.21).

Já em relação aos instrumentos ofertados pela pesquisa qualitativa foi lançado mão da entrevista semiestruturada, uma vez que a interação é um processo dinâmico de construção de significados e, portanto, pode ser alterada pelos participantes ao longo da interação. Também foi utilizada a análise documental, não só por meio dos dados públicos, mas também através de documentos específicos do lócus de pesquisa, a APAC Feminina de Belo Horizonte.

Assim como Minayo (2009), Denzin e Lincoln (2006) referem a pesquisa qualitativa em sua obra *O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Os autores defendem que esse modelo de pesquisa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos, em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Dentro dessa perspectiva os autores conceituam a entrevista na pesquisa qualitativa:

A entrevista é um meio para a produção de textos performáticos e performances etnográficas do self e da sociedade, diferenciando-se de um método com coleta de dados estática e pré-estabelecida. O propósito da perspectiva interpretativa para a entrevista é unir os participantes e suscitar como, ao construírem seus relatos de forma dialógica e reflexiva,

(des)construem identidades em uma visão crítica sobre o mundo sociocultural em que vivem. (Denzin; Lincoln, 2006, p. 166)

Tendo em vista que a pesquisa foi realizada na EJA dentro do ambiente de cárcere e que os sujeitos da pesquisa se encontram em uma realidade singular, foi adotado juntamente com a entrevista semiestruturada, o estudo de caso. Em Estudo de Caso: planejamentos e métodos, Robert K Yin define o estudo de caso como:

Uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real, em situações em que as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não estão claramente estabelecidas, onde se utiliza múltiplas formas de evidência (Yin, 2005, p.18)

Para compreender os fenômenos investigados por esta pesquisa, ou seja, a EJA para mulheres, dentro do sistema APAC, foi usado, primeiramente, a estratégia de observação, que é comum no campo das Ciências Humanas e Sociais, por oportunizar o pesquisador as aproximações ao objeto e a realidade investigada.

Após o período de observação iniciou-se o momento das entrevistas semiestruturadas, que segundo a definição de Minayo (2009) “combina perguntas fechadas e abertas, dando possibilidade ao entrevistado de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p.64)

Seis meses após dar entrada no Programa de Pós-Graduação a pesquisadora iniciou a observação meio do projeto Em Busca do Humano e da Humanidade no qual teve entrada como extensionista enquanto aluna do mestrado, no qual permaneceu por um ano e meio (18 meses). A observação é considerada uma ferramenta cartográfica de coleta de dados, ajudando a construir um campo de reconhecimento e familiarização do locus de pesquisa. Ainda que o ambiente prisional seja de circulação restrita, o que dificultaria uma pesquisa cartográfica, Maynar Leite (2014) comenta que, na prisão, a cartografia é tanto possível, quanto necessária:

“A atenção cartográfica no cárcere é necessária contra as limitações de circulação no espaço, mas também como resistência à visão estreita, limitada e focalizada que o aprisionamento tenta impor. Ela permite estar disponível afeto-cognitivamente aos estranhamentos, surpresas, variações e pequenas ondas no território que tenta habitar, para encontrar o que não se procura, questionando o que parece natural. [...] Possível porque, se viver é conhecer e se cartografar é um modo fazê-lo, então onde houver vida será possível a cartografia, já que as ferramentas cartográficas permitem circular e inventar apesar das barreiras e

hierarquias. Necessário porque essas ferramentas propiciam o respeito à alteridade e a invenção de modos de subjetivação mais solidários.” (Leite, 2014, p. 809-810).

O projeto compõe o Programa APAC PUC Minas, que consiste em um conjunto de ações de extensão de caráter interdisciplinares, envolvendo docentes e discentes da PUC Minas, provenientes dos cursos de graduação e pós-graduação, com potencial para estabelecer aproximações com os programas *stricto sensu* da Universidade.

O projeto *Em Busca do Humano e da Humanidade* é um projeto de extensão do curso de Filosofia da PUC Minas, que ancorado nos pressupostos que enfatizam a fraternidade e a amizade social como elementos essenciais para construir um mundo melhor, pacífico e com mais justiça, realiza como atividade de extensão a metodologia roda de conversa para que as recuperandas possam participar efetivamente. As rodas de conversa acontecem semanalmente na APAC Feminina com as recuperandas em diálogo com os extensionistas da Filosofia sob orientação do docente coordenador do projeto.

A utilização da Roda de Conversa, em ambientes marcados pela repressão, como o prisional, é bem recebida, uma vez que é uma metodologia que não é configurada por erros e acertos, e livre de punições, pois ainda, segundo Afonso e Abade (2008), a roda de conversa deve se dar em um contexto em que as pessoas podem se expressar sem medo de punição social ou institucional

Apesar dos aspectos religiosos não serem o foco da presente pesquisa, a participação no projeto foi importante como primeiro meio de acesso a APAC Feminina de Belo Horizonte, levando em conta o caráter religioso do próprio método apaquiano, e por usar como metodologia a roda de conversa, foi possível observar várias nuances identitárias das recuperandas por meio de suas falas, oportunizando o diálogo sobre vários temas, inclusive e principalmente sobre educação.

Nos 2 anos como extensionista foi mantido um diário de campo com entradas, feitas pela pesquisadora, no tempo dentro da APAC: 1 hora semanalmente às quintas-feiras de 10:30 às 11:30, e após a saída da APAC também eram realizadas entradas com observações e acontecimentos dos encontros semanais. A observação através do projeto de extensão foi considerada também um método de coleta de dados, uma vez que:

“as relações na prisão são mediadas por processos de dominação, de assujeitamento e de repressão do corpo, as análises devem olhar para

aquilo que é dito e também para o que fica escondido, o que é omitido, o que fica retido nas falhas da memória” (Ferreira, 2014, p. 89).

Após a qualificação do projeto e aprovação no Comitê de Ética, via Plataforma Brasil, foi dado início às entrevistas semiestruturadas, para as quais foram montados dois roteiros: um para as recuperandas estudantes da EJA na APAC Feminina de Belo Horizonte e outro para os professores atuantes no ambiente. Apesar da apresentação dos documentos de aprovação na Plataforma Brasil, foi enfrentada a dificuldade quando apresentada para direção da APAC Feminina de Belo Horizonte, que estava em processo de mudança de coordenação, a possibilidade de entrar com gravadores ou quaisquer outros aparelhos eletrônicos que facilitariam a coleta de dados por meio de entrevista.

A dificuldade imposta pela direção da APAC, ainda que se trate de um sistema de justiça restaurativa, ressalta o que Foucault (2012) afirma ao constatar que o modelo carcerário em seu modelo atual não é apenas a privação de liberdade, mas toda uma função técnica de correção, disciplina, autoridade, respeito ao outro, no intuito da criação de uma “detenção legal”, a qual não passava de uma organização de modificação de subjetividades que garantia, ao mesmo tempo, o funcionamento de todo sistema legal.

“A prisão, peça essencial no conjunto das punições, marca certamente um momento importante na história da justiça penal: seu acesso à “humanidade”. Mas também um momento importante na história desses mecanismos disciplinares que o novo poder de classe estava desenvolvendo: o momento em que aqueles colonizam a instituição judiciária. Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende autônomo, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas” (Foucault, 2012, p. 195).

Diante do impedimento de gravação, e devido a atenção para cumprir o prazo de realização da pesquisa, as entrevistas foram registradas à mão pela pesquisadora,

buscando escrever no papel aquilo que era dito pelas recuperandas e pelos professores, sem interpretação pessoal, em uma espécie de “caderno de campo”.

O caderno de campo pode ser entendido como “uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social” (Weber, 2009, p. 157). Se a observação exige um sujeito capaz de perceber os estímulos do ambiente, se faz importante considerar o corpo de quem faz pesquisa em relação à produção do conhecimento. Weber (2009) comenta que o sujeito que faz pesquisa etnográfica

[...] como o mostra a heterogeneidade de seu “diário”, não é um sujeito unificado: é um compilador, que recopia ou transcreve os dados anunciados por Outros (da estatística à entrevista oral, passando pela imprensa ou por documentos civis), é um pesquisador que tateia em busca de princípios explicativos servindo-se largamente das diversas tradições letradas, filosóficas ou científicas das quais ele é, para o bem ou para o mal, o herdeiro; é um personagem social, tomado em diversos universos de referência, dos colegas aos sujeitos entrevistados, passando pelos círculos “privados” de sociabilidade. É enfim um observador profissional que coloca em obra, sobre a base de múltiplas identidades, uma técnica particular de observação e de autoanálise (Weber, 2009, p. 168).

Após as visitas ao campo, as anotações foram analisadas e organizadas, para melhor elaboração do cruzamento com os dados públicos e informações da revisão sistemática de literatura.

6. LEVANTAMENTO DE DADOS PÚBLICOS

Os levantamentos de dados públicos do presente trabalho tiveram como principal fonte o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN). Segundo o site da Secretária Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), o SISDEPEN é a ferramenta oficial de coleta de dados do sistema penitenciário brasileira, e nele se concentram informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária. A ferramenta visa atender a Lei nº 12.714, de 14 de setembro de 2012 (Brasil, 2012):

“Art. 1º Os dados e as informações da execução da pena, da prisão cautelar e da medida de segurança deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento da execução da pena.

§ 1º Os sistemas informatizados de que trata o caput serão, preferencialmente, de tipo aberto.

§ 2º Considera-se sistema ou programa aberto aquele cuja licença de uso não restrinja sob nenhum aspecto a sua cessão, distribuição, utilização ou modificação, assegurando ao usuário o acesso irrestrito e sem custos adicionais ao seu código fonte e documentação associada, permitindo a sua modificação parcial ou total, garantindo-se os direitos autorais do programador.

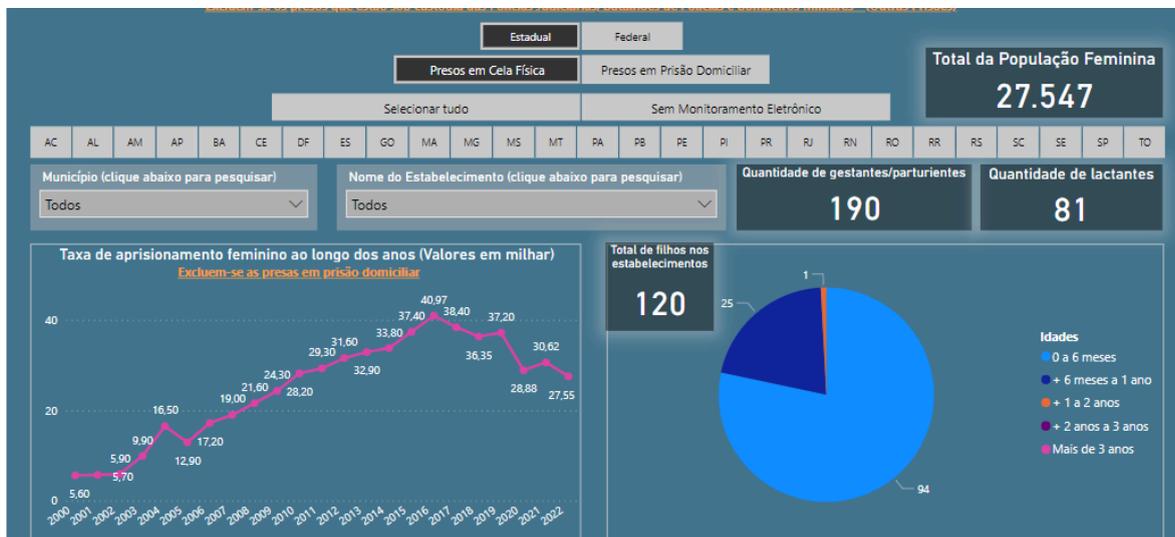
§ 3º Os dados e as informações previstos no caput serão acompanhados pelo magistrado, pelo representante do Ministério Público e pelo defensor e estarão disponíveis à pessoa presa ou custodiada.”

Como previsto na lei, a plataforma é de acesso aberto, a qual utiliza a ferramenta PowerBi para organizar suas informações, que são separadas em: a) informações gerais; b) tipificações criminais; c) saúde; d) trabalho e estudo; e) mulheres e grupos específicos. Anterior ao SISDEPEN, era utilizado o INFOPEN, mencionado neste trabalho, para as informações anteriores ao ano de 2017.

Os primeiros dados buscados na ferramenta dizem respeito ao aprisionamento feminino geral no Brasil. A imagem 4, a seguir, retirada do SISDEPEN, mostra a população total de mulheres em situação de cárcere no Brasil, 27.547, e traz alguns recortes específicos de gênero como quantidade de gestantes, quantidade de lactantes e um gráfico que

aponta o total de crianças que se encontram em estabelecimentos prisionais, por terem nascidos enquanto suas mães estavam na situação de privação de liberdade.

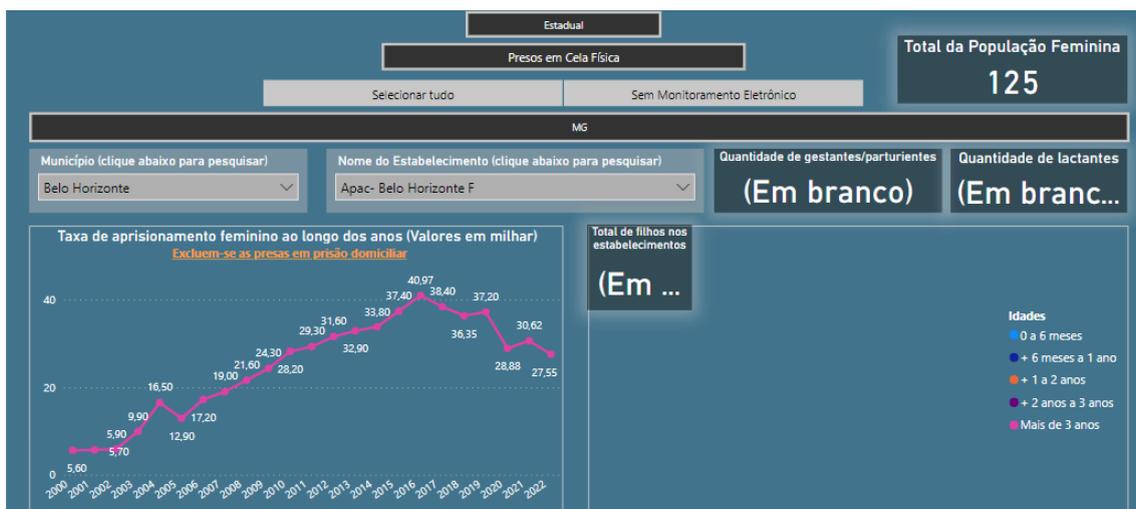
Imagem 4: Total de Mulheres em Situação de Cárcere no Brasil



Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

Em seguida foi realizado um recorte, pensando no campo de pesquisa, a APAC Feminina de Belo Horizonte, considerando o total de mulheres nesse período, janeiro a junho de 2023, que se encontravam nesse estabelecimento em específico. A imagem 5 mostra uma população total de 125 recuperandas, não tendo nenhuma em situação de gestante ou lactante, e nenhuma criança atualmente no estabelecimento.

Imagem 5: Total de Mulheres na APAC Feminina de Belo Horizonte



Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

Ainda no SISDEPEN, na imagem 6, foi apresentado o resultado sem recorte de gênero, ao buscar a questão da escolaridade no cárcere, mostrando um total de 46,66% da população total carcerária brasileira com ensino fundamental incompleto.

Imagem 6: Escolaridade da população prisional brasileira



Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

Ao pesquisar especificamente na APAC Feminina de Belo Horizonte, o resultado na imagem 7, mostra uma maior polaridade, mas ainda assim, a maioria das mulheres (44%) apresenta o ensino fundamental incompleto.

Imagem 7: Escolaridade da População da APAC Feminina de Belo Horizonte



Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

Por fim, foram pesquisados os dados públicos referentes a população carcerária que se encontravam em atividades educacionais. Os resultados, mostrados na imagem 8, também não apresentaram recorte específico de gênero, mas mostraram o total de 156.769 pessoas em situação de cárcere em atividades de trabalho, 850.490 em

atividades educacionais, e 23.496 em atividades laborais e educacionais simultaneamente.

Imagem 8: Total da População Carcerária em Atividades Educacionais e Laborais

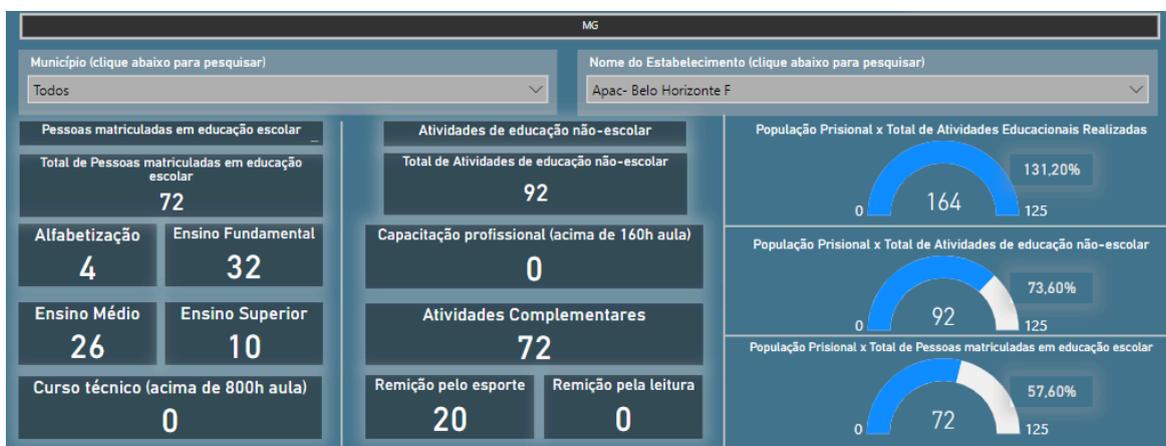


Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

Ao pesquisar os mesmos dados, referentes a atividades educacionais e laborais na APAC Feminina de Belo Horizonte, encontra-se um número mais alto do que o total da população prisional do estabelecimento. Isso possivelmente acontece ao contabilizarem também as recuperandas que se encontram também no regime de albergue, ou seja, aquelas que passam o dia em atividades laborais e/ou educacionais, e retornam no período da noite para dormirem no ambiente prisional.

Levando essa informação em conta, na APAC Feminina de Belo Horizonte, totalizavam 138 recuperandas em atividades laborais, 164 em atividades educacionais e 100 em atividades laborais e educacionais simultaneamente, como mostra a imagem 9.

Imagem 9: Total da População da APAC Feminina de Belo Horizonte em Atividades Educacionais e Laborais



Fonte: SISDEPEN (janeiro a junho de 2023)

7. PESQUISA DE CAMPO

Após aprovação no Comitê de Ética via Plataforma Brasil, foi iniciado o contato na APAC Feminina de Belo Horizonte para realização das entrevistas. O contato anterior com alguns funcionários e recuperandas, devido a participação da pesquisadora como extensionista em um dos projetos do Programa APAC PUC Minas, facilitou a mediação para o contato com a direção da APAC, composta pelo coordenador da unidade e uma assistente administrativa. Apesar dessa facilidade com a mediação, a APAC Feminina de Belo Horizonte se encontrava em momento de recém troca da direção e da comarca responsável, o que fez a pesquisa esbarrar em pequenos impedimentos.

Alves (2021) menciona em sua tese, intitulada “Práticas formativas das mulheres em privação de liberdade e das em situação de egressas do sistema prisional de Minas Gerais”:

É importante considerar que os espaços de privação de liberdade, enquanto objeto de análise científica, têm características específicas relacionadas com a sua “invisibilidade” e “indisponibilidade”, que os transformam num campo de pesquisa repleto de desafios éticos.” (Alves, 2021.)

Como mencionado anteriormente, uma limitação foi a impossibilidade de usar aparelhos eletrônicos para gravação das entrevistas, as quais foram realizadas e consolidadas mediante anotações à mão feitas in situ pela pesquisadora. Apesar de não ser o previsto, a ausência de um aparelho de gravação permitiu com que as entrevistas ocorressem de forma mais espontânea. As anotações foram feitas de forma literal, sem interpretação pessoal da pesquisadora, anotando o máximo possível de informações coletadas em uma espécie de diário de campo.

Antes de iniciar a realização de cada entrevista foi feita a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que consta nos Apêndice C e D. O Termo serviu para esclarecer as respondentes sobre os seus direitos, bem como da sua liberdade em deixar de colaborar com a pesquisa a qualquer momento. Com o objetivo de preservar a identidade das interlocutoras foram utilizados nomes fictícios em substituição aos nomes verdadeiros, como mostrado no quadro seguinte (Quadro 2), junto com o perfil identitário e a escolaridade das recuperandas:

Quadro 2: Participantes da Pesquisa

Nome	Idade	Raça	Sexualidade	Escolaridade
Margarida	32 anos	Negra	Heterossexual	7º ano EF - Em Curso
Tulipa	40 anos	Preta	Heterossexual	3º ano EM - Em Curso
Lily	37 anos	Parda	Bissexual	1º ano EM - Em Curso
Petunia	35 anos	Negra	Bissexual	3º ano EM - Em Curso
Rosa	33 anos	Parda	Lésbica	4º ano EF - Em Curso

Fonte: Quadro criado pela pesquisadora, 2023

Como mostra o quadro 2, foram entrevistadas 5 recuperandas, atendendo ao planejamento da pesquisa que previa entre 3 e 5, permitindo assim aprofundar a análise de cada uma das entrevistas, e tornando mais fácil o cruzamento de dados com as discussões pretendidas.

As entrevistas com as recuperandas foram realizadas em 2 dias, no primeiro foram entrevistadas 2 recuperandas e no segundo 3 recuperandas. No terceiro dia em campo foi feita uma visita a escola que funciona dentro da APAC Feminina de Belo Horizonte, onde foram entrevistadas 3 professoras da unidade, cuja discussão será feita posteriormente.

As perguntas elaboradas no roteiro da entrevista estruturada, disponível nos apêndices da pesquisa, foram direcionadas para as três categorias já apresentadas nas palavras-chave da pesquisa e na revisão sistemática de literatura: “Gênero e Cárcere”, “Educação de Jovens e Adultos” e “Método APAC”. Sendo assim, os dados coletados também serão apresentados dividindo nas categorias, cruzando com dados coletados em outras etapas da metodologia: pesquisa de dados públicos e revisão sistemática de literatura.

7.1 - Gênero e Cárcere - Quem são as mulheres em situação de cárcere?

Foram entrevistadas 5 mulheres que no momento do encontro se encontravam em situação de cárcere na APAC Feminina de Belo Horizonte. A seguir serão apresentadas informações sobre cada uma delas e logo depois serão abordados os pontos em comum, e feito o cruzamento com as outras informações da pesquisa.

Reitera-se que, respeitando a privacidade das recuperandas, foram utilizados nomes fictícios, simbolicamente de flores, mantendo-se as iniciais dos nomes de cada uma das entrevistadas. No que se refere às informações de gênero, sexualidade, religião e raça, as recuperandas fizeram a autodeclaração, por isso na apresentação de cada uma foram respeitados os termos literais por elas mencionados. Todas as datas, idades e cronologias levam em conta a data de realização das entrevistas.

A primeira entrevistada foi Margarida, mulher cisgênera, heterossexual, solteira, negra, cristã, de 32 anos, natural da cidade de Belo Horizonte, MG. No dia da entrevista, Margarida se encontrava em situação de cárcere há 1 ano e 4 meses, e desse tempo 2 meses e 2 dias na APAC Feminina de Belo Horizonte. A entrevistada é mãe de 5 filhos, e teve o primeiro aos 14 anos, o mais novo tinha 6 dias quando ela foi presa. Margarida estava cursando o 7º ano do ensino fundamental no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, presídio anterior a APAC, e estava aguardando a entrega de seu histórico para continuar os estudos. Atualmente na APAC, Margarida borda e faz atividades manuais, como artesanato, chamadas pelo método APAC de laboterapia.

Tulipa, a segunda entrevistada, também é uma mulher cisgênera, heterossexual, solteira, preta, evangélica, com 40 anos, nascida em Sete Lagoas, MG. Estava 5 anos em situação de cárcere, sendo 2 deles na APAC Feminina de Belo Horizonte. Tulipa contou que foi mãe aos 15 anos e tem um único filho, mas não quis falar a respeito da maternidade e nem da família. Na APAC, cursa o 3º ano do ensino médio, fez o curso do centro de treinamento bíblico RHEMA, e pretende fazer o curso superior de Publicidade e Propaganda.

Lirio é uma mulher cisgênero, bissexual, solteira, parda, evangélica, de 37 anos, nascida em Belo Horizonte, MG. Com 11 anos de cárcere, cumpria há 4 meses na APAC Feminina de Belo Horizonte. É mãe de 4 filhos, mas não possui contato próximo com nenhum deles, e um não conhece. Interrompeu os estudos no sistema regular na 6ª série,

e retornou, com pausas, dentro do cárcere, e atualmente se encontra no 8º ano, quando formar e sair da situação de cárcere, pretende cursar o técnico em radiologia.

Petúnia é uma mulher cisgênero, bissexual, solteira, negra, evangélica, de 35 anos, natural de Belo Horizonte, MG, que se encontra na situação de cárcere há 6 anos, e na APAC Feminina de Belo Horizonte há 7 meses, anteriormente cumpriu pena por 2 anos na APAC Feminina de Itaúna. Petúnia é mãe de 7 filhos, e assim como Tulipa, preferiu não aprofundar na pauta sobre maternidade. Cursa o 3º ano do ensino médio na APAC Feminina de Belo Horizonte, cursa artesanato e é uma das responsáveis da “galeria noturna”, que consiste no serviço de vigia das celas e do espaço da APAC no período da noite.

A última entrevistada foi Rosa, mulher cisgênera, lésbica, solteira, parda, evangélica, de Belo Horizonte, MG. Dos 4 anos no sistema prisional, está há 1 ano e 7 meses na APAC Feminina de Belo Horizonte. Tem um filho de 15 anos, e parou de estudar no sistema regular na 6ª série, quando retomou os estudos, já na APAC, a retornaram para o 5º ano do ensino fundamental, atualmente está cursando o 7º ano. Borda, crocheta e frequenta a laborterapia, atividades artesanais ofertadas na APAC.

Neste tópico pretende-se discursar sobre a identidade dessas mulheres, retomando textos encontrados na revisão sistemática de literatura. No trabalho intitulado “Reflexões sobre concepções pedagógicas na educação de jovens e adultos em espaços de privação de liberdade: experiência em um presídio feminino”, a autora Rodrigues (2019) ao dissertar sobre a identidade do sujeito no espaço prisional afirma que:

“todas as atividades e os diferentes aspectos da produção da existência dos sujeitos são vivenciados nesses estabelecimentos e impactam a subjetivação das identidades, produz a mortificação do eu - segregação, isolamento e desconstrução das bases/territórios culturais e comportamentais dos sujeitos aprisionados.” (Rodrigues, 2019, p. 160)

Considerando a identidade dessas mulheres, é possível destacar três pontos em comum nos perfis das entrevistadas, além do gênero: a maternidade, a raça e o estado civil.

A maternidade mais do que uma experiência biológica é uma função social. Segundo Perrot (2007), a função materna “é um pilar da sociedade e da força dos Estados” (PERROT, 2007, p. 69). Portanto, ela é politizada. A maternidade perdura por toda a vida da mulher e tem um importante papel na reprodução social, tornando-se um

parâmetro de comportamento e motivo de questionamento, principalmente se for contraposta à uma conduta não esperada pela sociedade para uma mulher.

Podemos ver dois posicionamentos opostos entre as cinco entrevistadas: enquanto Margarida coloca os filhos como motivo de força e apoio nesse momento em que se encontra em situação de cárcere, as demais preferem uma distância do tópico, e em alguns casos dos próprios filhos, para evitar o sofrimento, seja próprio ou de seus filhos.

O segundo tópico em comum, raça, corrobora com os dados públicos levantados no Relatório de Informações Penais (RELIPEN) do segundo semestre de 2023. O maior índice de mulheres presas é de pardas e pretas, e todas as cinco entrevistadas se identificaram em uma dessas duas categorias. Para Santos e Dias (2016):

A atual situação de a população negra ser a maioria no sistema penitenciário brasileiro pode demonstrar um caráter de discriminação e perpetuação da marginalização das pessoas negras, pois uma vez que são presas existe um estigma social sobre essas, gerado pelo próprio sistema criminal, difícil de ser revertido (Santos; Dias, 2016, p.123).

Em 2019, o INFOPEN já havia revelado que do total de mulheres em situação de prisão, 21.299 eram negras e pardas, enquanto 10.331 eram mulheres brancas. O perfil da mulher encarcerada brasileira continua a ser definido como jovem, economicamente vulnerável e não-branca.

Além disso, os dados divulgados pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em seu relatório de 2018, inclui a privação de direitos como uma das faces da pobreza que afeta diretamente as potencialidades dos jovens brasileiros. Segundo a UNICEF (2018), a juventude negra encarcerada vivencia um processo de exclusão e discriminação racial que antecede o encarceramento. De acordo com esses dados, muitos jovens brasileiros vivem em condição de pobreza, em suas múltiplas dimensões, dentre elas, ausência de saneamento, educação, água, informação, moradia, além de serem grandes vítimas do trabalho infantil (UNICEF, 2018)

Em seu livro “O panóptico no território das APAC”, Silva (2018) afirma:

Nosso pensamento é condicionado a pensar a APAC Feminina como um dispositivo voltado para as mulheres negras que romperam com o papel social submisso imposto pela sociedade machista e racista. Tendo em vista que o funcionamento prisional sob o Método APAC assegura o

controle dos internos a partir da ideologia da disciplina e dos mecanismos e dispositivos de vigilância, a fim de torná-los dóceis e úteis para o retorno ao convívio social. (Silva, 2018, p.54)

É dúbia a relação da APAC com a questão racial, ainda que seja um sistema de justiça restaurativa, que valoriza a pessoa em situação de cárcere ao chamá-la pelo nome, ofertar espaços dignos para as visitas familiares, e proporcionar oportunidades de estudo e trabalho, ao tratar todas às reclusas como iguais, sem considerar suas diferenças históricas, culturais e sociais, a APAC “promove uma cultura de negação de práticas racistas, uma ideologia que prejudica de modo objetivo e subjetivo a vida das pessoas negras” (Souza, 2009). Ao silenciar-se diante do peso que o pertencimento racial tem sobre a vida das pessoas negras, é posto o racismo institucional (Werneck, 2013) que contribui para a manutenção de estigmas e preconceitos, pois reproduz um discurso que normaliza as diferenças entre os sujeitos, atribuindo-lhes a responsabilidade pelas desigualdades sofridas.

Em questão a identidade de gênero, todas as mulheres entrevistadas se identificam como cisgêneros, ou seja, se identificam com o sexo lhes designado no nascimento. Não há indícios de que a APAC se recuse a receber mulheres transexuais, mas não há números de mulheres transexuais ou travestis. Em conversa, registrada no diário de campo, a auxiliar administrativa afirma que “algumas delas se referem por nomes masculinos, mas entre si mesmas, não por nós.” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023.). É possível supor que se trate de homens transexuais, não respeitando essa identidade, a APAC apaga a subjetividade do sujeito encarcerado. De acordo com Butler (2015): “a desconstrução da identidade não é a desconstrução da política; ao invés disso, ela estabelece como políticos os próprios termos pelos quais a identidade é articulada”.

Sobre o estado civil, todas as mulheres entrevistadas são solteiras, apesar de sexualidades se distinguirem, como mostrado no Quadro 2. Apesar de terem se declarado solteiras, e o serem legalmente, nas entrevistas surgiram dados relevantes sobre as parcerias românticas e sexuais dessas mulheres, que compõem suas identidades.

Margarida relata ter um companheiro, apesar de não ser “casada no papel”, afirma que nunca foi visitada por ele, mas que em algumas das ligações que tem direito, se comunica com ele. Também afirmou que teme muito a reação do companheiro, pois no

cárcere descobriu ser HIV positiva, que contraiu do pai de seu bebê: “Ele perdoou um filho que não é dele, porque criança é benção, mas doença ele não vai perdoar não” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Todos os relatos sobre os companheiros do sexo masculino se referem a relacionamentos de antes do aprisionamento, mostrando como o abandono da mulher em situação de cárcere, pelos próprios companheiros é real. Nos dados de 2014, o INFOPEN apresenta que, apesar da maioria (70%) dos estabelecimentos prisionais permitir a visita íntima, apenas 9,68% das presas recebem esse tipo de visita.

Figueiredo (2019) em sua pesquisa afirma que:

...os relacionamentos afetivo-sexuais de pessoas privadas de liberdade, comumente pautados por normatividades de gênero, são desafiados. Particularmente para os homens que permanecem em liberdade, as barreiras institucionais aliadas às dificuldades de exercício do papel de cuidadores podem contribuir para o término de relacionamentos afetivos. (Figueiredo, 2019, p.111)

Petunia que se identifica como bissexual, contou na entrevista que começou a se identificar dessa forma na APAC, ao começar a se relacionar com a companheira atual, que é uma das recuperandas. Em suas palavras:

também é diferente se relacionar sim, tenho uma companheira aqui dentro. Eu era hetero, mas aqui dentro me envolvi com uma pessoa. Aqui é assim, começa a namorar, tem que ficar 6 meses juntas, sem visita íntima, pra ver se é isso mesmo que quer, né? Aí, se ficou 6 meses juntas, ganha direito a visita íntima de 15 em 15 dias. É a primeira APAC que deixa, a de Belo Horizonte, se relacionar assim entre si. Nas outras APACs é considerado uma falta. mas se der certo aqui, vão implantar nas outras também, mas só nas femininas. (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Figueiredo (2019) em seu artigo “Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas”, derivado da pesquisa citada anteriormente e encontrada na revisão sistemática de literatura, traz que:

Ao se pensar a respeito da sexualidade de mulheres encarceradas, é de extrema importância a consideração das relações de poder intrínsecas ao

discurso produzido sobre a mesma. A herança histórica de repressão sexual da mulher articulada aos novos discursos científicos faz parte de estratégias sagazes de poder que têm ditado modos de ser não apenas nas prisões. Nestas, é perceptível como a repressão tem sido mantida de maneira intensificada. Além das regras institucionais explícitas e implícitas que têm proibido a livre manifestação da sexualidade da mulher aprisionada, são muitas as regras internas ditadas pelas próprias pessoas aprisionadas que incidem sobre a conduta de mulheres. (Figueiredo, 2019, p. 74)

Lírio, que se identifica como bissexual, afirma que existe sim um preconceito em relação as sexualidades desviantes da heteronormatividade na APAC: “não vejo diferença por ser mulher, não aqui dentro, mas por gostar de mulher. Se um dia dá mais carência, não posso só abraçar uma amiga que já confundem.” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023.).

A Resolução Conjunta CNPCP/CNCD nº 1/2014 (Brasil, 2014), estabelece parâmetros para o tratamento de pessoas LGBT em privação de liberdade no âmbito nacional. Em seu artigo 1º estão descritas quais seriam as pessoas-alvo de sua política, categorizando-as a partir dos interesses sexuais, afetivos, e sua identidade de gênero:

Art. 1º Estabelecer os parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Brasil.

Parágrafo único. Para efeitos desta Resolução, entende-se por LGBT a população composta por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando-se:

I - Lésbicas: denominação específica para mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres;

II - Gays: denominação específica para homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens;

III - Bissexuais: pessoas que se relacionam afetiva e sexualmente com ambos os sexos;

IV - Travestis: pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico; e

V - Transexuais: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico. (Brasil, 2014).

Tanto no relato de Lírio, quanto no de Petunia, é possível entender que, apesar de práticas homossexuais serem presentes no universo prisional, ainda que com o viés do preconceito e discriminação, no caso de prisões femininas essas práticas são invisibilizadas, assim como qualquer prática que se refira a sexualidade das mulheres. Seus direitos referentes à manutenção dos vínculos afetivo e sexual, tanto com pessoas dentro, quanto fora do cárcere são frequentemente ignorados no cotidiano prisional e na revisão sistemática de literatura foi comprovado que há escassez de pesquisas acadêmicas na área.

Dessa forma é possível entender como o preconceito de gênero nesses casos se sobrepõe ao preconceito da sexualidade. Nota-se uma preocupação sobre mulheres encarceradas com ênfase na gestação, nascimento dos filhos enquanto as mães cumprem suas penas e questões relacionadas à maternidade. Todavia, os direitos sexuais ainda não são considerados (Gonçalves; Coelho; Vilas Boas, 2017). O foco dos estudos nas dinâmicas subjacentes à maternidade acaba suprimindo a relevância de outros relacionamentos de pessoas privadas de liberdade (Granja, 2015) e se relaciona às normativas tradicionais de gênero que levam à consideração da mulher reclusa principalmente como mãe (Cunha; Granja, 2014). Com isso, outros aspectos de sua subjetividade são invisibilizados, como a sexualidade (Ricoeur, 2009; Constant, 2013).

7.2 - Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade – EJA PPL

Após os dois dias de entrevistas com as recuperandas, foi feita a visita a escola, ainda sem permissão de entrar com aparelhos de gravação, por sua localização dentro da APAC. As observações feitas na visita, assim como as conversas com três professoras, a coordenadora da unidade dentro da APAC e a diretora, foram anotados pela pesquisadora em seu caderno de campo e foram posteriormente articuladas com outras informações coletadas, dados públicos e com o aporte advindo da revisão sistemática de literatura.

A Educação Básica nas unidades prisionais das APACs é ofertada através da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), principal ação de elevação de escolaridade dos privados de liberdade, e abrange a alfabetização, ensino fundamental e médio, na forma presencial, sendo destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

O Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas no Sistema Prisional de Minas Gerais, elaborado em 2021 (Minas Gerais, 2021), é visto como proposta de melhoria da organização da oferta educacional nos estabelecimentos penais do estado de Minas Gerais e definição de novas estratégias para qualificar a política de educação no âmbito do sistema prisional aos privados de liberdade e egressos, nos exercícios de 2020 a 2024, pautando-se pelas seguintes diretrizes:

1. Fortalecimento da parceria ou pactuação dos profissionais da Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Justiça e Segurança pública atuantes na oferta de educação básica dentro das unidades prisionais;
2. Fortalecimento das ações articuladas com diversos órgãos estaduais dos Poderes Executivo e Judiciário e com Instituições Públicas e Privadas de Ensino;
3. Busca de parcerias formais com a Sociedade Civil Organizada para ações e controle social relacionados à política de mulheres no sistema prisional;
4. Ampliação da oferta educacional, considerando atividades socioculturais, esportivas e projetos de leitura;
5. Adequação dos espaços para qualificação das atividades educacionais em sentido amplo;
6. Fortalecimento das ações com o governo federal na efetivação dos repasses financeiros em prol da educação nas prisões;
7. Busca por parceria para oferta de programa de alfabetização para pessoas privadas de liberdade do sistema prisional.
8. Promoção da igualdade efetiva e a garantia de assistência educacional, considerando as especificidades das mulheres, idosos, estrangeiros, população LGBTQIA, indígenas e minorias étnico-raciais,

pessoas com transtorno mental e pessoas com deficiência. (Minas Gerais, 2021, p.89/90)

No artigo Educação na APAC: uma oportunidade de reintegração social do recuperando, publicado na coletânea Práticas Educativas, Memórias e Oralidades, e presente na revisão sistemática de literatura desta pesquisa, a autora Martins (2021) afirma que:

A fim de resguardar a dignidade da pessoa humana, além de contribuir para a reintegração dos recuperandos na sociedade, a APAC tem especial preocupação com o seu direito à educação, ao qual, para muitos dos recuperandos, não foi possível o acesso na idade escolar adequada. (Martins, 2021, p.6)

De acordo com o levantamento de dados públicos, a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais registra que das 38 APACs existentes em Minas Gerais, no final de 2018, 30 contavam com escolas da rede estadual de ensino, que atendiam juntas 1.550 alunos

A EJA na APAC Feminina de Belo Horizonte acontece na Escola Professor Hélio Gomes, localizada dentro da APAC, que funciona como um segundo endereço da Escola Estadual Professora Nair de Oliveira Santana, que se localiza próxima à APAC. O espaço para a escola teve sua inauguração em março de 2023, em parceria com a Fundação Pitágoras. Antes disso, funcionava em um espaço improvisado dentro da APAC.

Para normatizar a organização e o funcionamento das escolas inseridas em unidades prisionais está sendo construída uma resolução específica em conjunto com as secretarias de educação e segurança pública. As escolas criadas e/ou as de 2º endereço inserem as referidas turmas em funcionamento no SIMADE e são consideradas no Educacenso. Regulamentado pela Resolução SEE nº 1180 de 28 de agosto de 2008 (Minas Gerais, 2018), o SIMADE operacionaliza a implantação, manutenção e atualização de dados como fonte oficial da SEE.

As normas escolares seguem o mesmo regulamento do primeiro endereço da escola junto com o regulamento oficial da EJA. Cada série é concluída em um semestre (6 meses), dividida em dois bimestres de 50 pontos cada distribuídos em avaliações bimestrais, trabalhos, avaliações mensais e feiras. A coordenadora do 2º endereço e professora de biologia e ciências para os anos finais do ensino fundamental e para o

ensino médio, citou a “Mostra de Educação para a Vida”, como uma das feiras, que tem o objetivo de mostrar as aplicações práticas dentro e fora do espaço prisional do que as recuperandas aprendem na EJA.

A coordenadora também explicou que apesar dos regulamentos serem os mesmos nos dois endereços, quando se trata de currículo, se diferem, pois no endereço da APAC segue-se o currículo proposto pela EJA, enquanto que no 1º endereço segue-se o currículo da educação regular.

As turmas na APAC Feminina de Belo Horizonte são divididas em Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. O quadro seguinte (Quadro 2) explicita a quantidade de turmas dentro desta divisão.

Quadro 3: Divisão de turmas da Escola Estadual Professora Nair de Oliveira Santana

Turno	Ensino Fundamental I	Ensino Fundamental II	Ensino Médio
manhã			
tarde 13:30 às 17:00	1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano	6º, 7º, 8º e 9º ano	1º, 2º e 3º ano
noite 18:30 às 21:50		6º, 7º, 8º e 9º ano	1º, 2º e 3º ano

Fonte: Quadro autoral criado pela pesquisadora, 2023.

A divisão de professores é feita da seguinte forma: as turmas do Ensino Fundamental I possuem um professor para cada ano, mais um professor de educação física comum para todas as turmas; no Ensino Fundamental II os professores são regentes por disciplina lecionada e no Ensino Médio também.

Como mencionado anteriormente, a escola conta com a parceria privada da Fundação Pitágoras, que apoia com material, impressões e outros recursos, além de incentivo para educação continuada com oferta de bolsas em cursos superiores EAD. Para a coordenadora essa parceria é extremamente importante, tornando mais fácil dar aula dentro da APAC, por exemplo, em função dos recursos materiais disponíveis.

A certificação de conclusão do ciclo básico de estudos acontece por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos (ENCCEJA). A adesão ao Exame Nacional de Certificação das Competências da

Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL), é coordenada pela Diretoria anualmente, e possibilita ao participante a conclusão das etapas da educação básica.

Na política para Educação de Jovens e Adultos (EJA), o ENCCEJA teve sua implementação pautada em dois objetivos: ser uma alternativa aos exames supletivos aplicados nos Estados como forma de certificação de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, colaborando para a correção de fluxo escolar; e integrar o “ciclo de avaliações da Educação Básica” (Castelli; Gisi; Serrao, 2013, p.722), juntamente com o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que será melhor explicado posteriormente. O ENCCEJA estrutura-se em matérias para o Ensino Fundamental e áreas de conhecimento para o Ensino Médio, organizadas da seguinte forma:

1. Para o Ensino Fundamental: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação; Matemática; História e Geografia; Ciências Naturais.
2. Para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias.

A edição prisional do exame segue os mesmos critérios propostos no formato original:

A participação é voluntária e gratuita, mas existe uma idade mínima exigida. Quem visa a certificação de conclusão do ensino fundamental precisa ter 15 anos completos na data de realização do exame. Quem visa a certificação de conclusão do ensino médio precisa ter 18 anos completos. Os resultados individuais do Enceja permitem a emissão de dois documentos distintos: a certificação de conclusão de ensino fundamental ou do ensino médio, para participantes que conseguirem a nota mínima exigida nas quatro provas objetivas e na redação; e a declaração parcial de proficiência, para o participante que conseguir a nota mínima exigida em uma das quatro provas, ou em mais de uma, mas não em todas. O Exame é constituído por quatro provas objetivas, contendo cada uma, 30 questões de múltipla escolha e uma redação. As provas do Exame estão estruturadas da seguinte forma: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e uma proposta de Redação; Matemática; História e Geografia; Ciências Naturais. Para

obter a certificação o participante deverá alcançar, em cada uma das provas objetivas do Exame, no mínimo, o nível 100, em uma escala de proficiência que varia do nível 60 ao nível 180. No caso de Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física, o participante deverá adicionalmente obter proficiência na prova de Redação. Este será considerado habilitado na Redação quando obtiver nota igual ou superior a 5,0 pontos, em uma escala que varia de zero a dez pontos. Todos aqueles que tenham realizado o Enceja em anos anteriores e não obtiveram média para aprovação na área de conhecimento poderão inscrever-se novamente no Exame para eliminação do componente curricular desejado, caso tenham interesse (Brasil, 2014, p. 6).

Sendo assim, o ENCCEJA PPL representa uma iniciativa crucial no contexto educacional brasileiro, visando à certificação de competências e habilidades de jovens e adultos que se encontram em situação de privação de liberdade, desempenhando um papel significativo na promoção da educação e na reinserção social dos recuperandos. Sua implementação é respaldada pela legislação educacional brasileira, notadamente pela Portaria nº 2.270/2002 do Ministério da Educação (MEC), que instituiu o exame como um instrumento de avaliação destinado a verificar o domínio de conhecimentos equivalentes ao ensino fundamental e médio. A partir de 2010, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a publicar editais específicos para aplicação do exame no sistema prisional, denominado Exame Nacional para Certificação de Competências da Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL).

Antes do ENCCEJA PPL, os sujeitos privados de liberdade submetiam-se aos chamados “provões” para certificação, que eram provas de exames supletivos previstos no Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino de Minas Gerais.

Nas APACs, o ENCCEJA PPL segue as diretrizes estabelecidas pelo MEC, adaptando-se às peculiaridades do ambiente prisional e às necessidades dos recuperandos. As unidades prisionais que aderem ao exame seguem os editais específicos publicados pelo INEP, responsável pela realização do ENCCEJA. A adesão ao exame possibilita aos participantes a conclusão das etapas da educação básica, tanto

do ensino fundamental quanto do ensino médio, proporcionando-lhes oportunidades de reconstrução de suas trajetórias educacionais.

A aplicação é conduzida por profissionais qualificados, incluindo professores e equipe técnica especializada em educação prisional. As provas são realizadas nas próprias unidades prisionais, garantindo o acesso dos recuperandos ao exame sem a necessidade de deslocamento para outros locais. Além disso, medidas de segurança são adotadas para garantir a integridade do processo e a confiabilidade dos resultados, respeitando os direitos e garantias individuais dos participantes.

Uma das características distintivas da aplicação do ENCCEJA PPL nas APACs é a sua integração com as atividades de ressocialização e reinserção social promovidas pelo método. Nesse sentido, o exame não é apenas uma avaliação educacional, mas também uma oportunidade para os recuperandos demonstrarem seu potencial e adquirirem uma certificação reconhecida nacionalmente.

Já o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM surgiu em 1998, em meio a várias transformações sociais no país, desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Inicialmente, o ENEM tinha como objetivo verificar o desempenho dos discentes ao saírem da educação básica, para que a partir disso, pudessem ser pensados modos de melhoria na educação, no âmbito do Ensino Médio. A avaliação ainda não servia, em larga escala, para promover o acesso ao Ensino Superior, mas esse cenário mudou drasticamente na última década.

O Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade (ENEM PPL) é um processo externo, que possibilita a entrada das recuperandas no ensino superior, a Diretoria de Ensino e Profissionalização (DEP) viabiliza a aplicação e seu cronograma se difere do cronograma regular do ENEM, as provas sendo realizadas em dois dias consecutivos. A APAC firma um termo de adesão, responsabilidades e compromissos junto ao Inep, que assume a responsabilidade da elaboração e aplicação da prova. Na gestão do ensino superior, a DEP atua junto às instituições de ensino públicas e privadas, possibilitando o acesso aos cursos de graduação, em sua maioria na modalidade de Ensino à Distância e às bolsas de estudo (integrais, parciais), cumprindo assim o seu compromisso de ressocialização.

Quanto a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade educacional que objetiva a preparação do indivíduo para o exercício de profissões, contribuindo para sua inserção no mundo do trabalho e na vida em sociedade, esta ocorre em conformidade com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

Para além das atividades previstas na legislação, a APAC incentiva atividades de artesanato, chamadas no método de “laborterapia”. A prática evidencia nas APAC as “disciplinas de tipo monástico” (Foucault, 1987, p. 164). Como nas práticas religiosas, o trabalho na laborterapia é quase sempre minucioso. Nele, as recuperandas tem o fito de ampliar o autocontrole. No mesmo sentido, os espaços-tempos de laborterapia na APAC possibilitam a interação entre as mulheres enquanto produzem artesanatos. Como todas que estão em cumprimento de pena nessa unidade trabalham, a maioria delas passa o dia na oficina, onde aprendem o ofício umas com as outras, segundo relataram nas rodas de conversa do projeto de extensão.

É possível nas entrevistas feitas ver um fator em comum entre as cinco mulheres entrevistadas ao se tratar da evasão escolar antes mesmo de entrarem na prisão, todas evadiram devido a gravidezes precoces, comprovando que o gênero é um fator relevante no percurso escolar dos sujeitos. Além disso, historicamente a população negra é imposta a subalternização à pobreza, uma desigualdade que se relaciona com os direitos sexuais e reprodutivos, tendo em vista que as mulheres negras (pardas e pretas) são as maiores vítimas de gravidez indesejada, conseqüentemente, as que realizam maior número de abortos clandestinos e às que mais utilizam a pílula do dia seguinte Coelho (2012) argumenta que as condições socioeconômicas desfavoráveis podem dificultar o acesso à informação e aos métodos contraceptivos.

Margarida ao contar sobre educação no cárcere, relata que está com a educação pausada, pela demora de seu currículo ser transferido de um estabelecimento prisional para o outro. Essas dificuldades burocráticas podem ser postas como impedimentos para continuação dos estudos, como posto no trabalho “Educação encarcerada: um estudo sobre mulheres reclusas e estudantes na capital de Minas Gerais”, encontrado por meio da revisão sistemática de literatura:

É evidente a dificuldade que sofrem para estudar na escola. A dificuldade é considerada muito alta. Os obstáculos não se resumem aos

agentes penitenciários, mas chegam ao regulamento, à direção da penitenciária, aos horários de aula, de estudo e à escassez de material escolar. No embate entre trabalho e estudo, é clara a preferência pelo primeiro, uma vez que a escola não garante recursos adicionais à renda da detenta. De todo modo, a maioria das estudantes têm a ciência do direito de estudar. (Barros e Marçal, 2018, p.20)

Tulipa, Lírio e Rosa, ao serem abordadas sobre a questão da continuação dos estudos na prisão, todas destacam a importância de se formar para conseguir bons empregos e oportunidades ao saírem do sistema. Silva (2018) acredita que a educação contribui para a ressocialização dos sujeitos privados de liberdade e provoca uma redução dos índices de reincidência. Segundo a autora, os processos formativos e os conhecimentos adquiridos na APAC são uma possibilidade para ingresso no mercado de trabalho, mas enfatiza a necessidade de políticas públicas, pois percebe a falta de perspectiva dos presos em retornar à sociedade.

7.3 - Método APAC – Um método de Justiça Restaurativa

Atualmente, em Minas Gerais, a gestão no modelo da APAC é feita através de Convênios de Cooperação Técnica e Financeira, firmados entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e essa Associação. A celebração de convênios se tornou possível quando o Poder Legislativo do Estado reconheceu, por meio da Lei Estadual n.º 15.299, de 9 de agosto de 2004 (Brasil, 2004), as APACs como entidades aptas a firmar convênios com o Poder Executivo.

Os critérios para a transferência de pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade para os Centros de Reintegração Social (CRSs) geridos pelas APACs são definidos na Portaria Conjunta n.º 653, de 11 de julho de 2017 (TJMG, 2017):

Art. 2º O[a] preso[a] condenado[a] à pena privativa de liberdade poderá ser transferido[a] para os CRSs, geridos pelas APACs, através de ato do Juiz da Execução da respectiva jurisdição, ouvido o Ministério Público e mediante as seguintes condições: I - manifestar interesse na transferência, por escrito ou em ato processual devidamente documentado, e o propósito de se ajustar às regras do CRS; II - manter vínculos familiares ou sociais, há pelo menos 1 (um) ano, na região do Estado onde estiver localizado o CRS, mesmo que outro tenha sido o local da prática do fato (TJMG, 2017, Art. 2º)

Ao serem perguntadas sobre como ficaram sabendo do Método APAC e de suas transferências para o método, todas as recuperandas frisaram que escolheram ir para a APAC devido a dignidade que o método proporciona para pessoa privada de liberdade. Margarida ouviu falar do método apaqueano enquanto estava no Presídio de Vespasiano, gostou do método e ao chegar na APAC ficou “pelos meus filhos e pela minha família, o tratamento daqui é muito melhor com minha família” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023). Ela também ressalta que na APAC “não preciso andar de cabeça baixa e mão pra trás. No sistema comum você é tratado igual lixo, aqui não, não é à toa que é chama de recuperanda”.

Destaca-se o uso do termo “recuperando” na metodologia apaqueana. Essa nomenclatura é justificada pelo método por indicar que a pessoa em privação de liberdade é aquela que “vai se recuperar”. Para Ottoboni “é admissível o eufemismo recuperando, para evitar o uso dos termos preso, interno, condenado ou sentenciado”, que depreciam o ser humano (Ottoboni, 1997, p. 99).

As APAC são divididas em dois grupos, o primeiro grupo é formado pelas que administram CRSs e aplicam o método apaqueano. No segundo grupo estão as APACs que ainda não administram CRSs, dessas, algumas já juridicamente organizadas, fazem trabalhos sociais e/ou pastorais junto às pessoas em cumprimento de pena no sistema convencional, outras ainda estão em fase de construção dos CRSs. Os CRSs são unidades cuja capacidade não deve ser superior a 200 vagas. É preciso ainda que haja três espaços devidamente separados para o cumprimento de pena no regime fechado, no semiaberto e no aberto (TJMG, 2011, p. 58).

Do lado de fora, o CRS se assemelha a uma casa, a exceção são as placas da FBAC e da APAC que indicam tratar-se de uma de suas unidades. Em seu interior os espaços para o cumprimento de pena em regime fechado e em regime semiaberto são devidamente separados, ambos têm instalações limpas e organizadas. Há uma quadra na área do regime fechado e um espaço ao ar livre e um pequeno jardim no semiaberto, locais onde ocorrem as visitas familiares. A APAC Feminina de Belo Horizonte segue o modelo de CRS descrito, e se localiza no bairro gameleira; no jardim localizado no semiaberto é visível brinquedos infantis de plástico e no pátio dos espaços dos dois regimes cadeiras localizadas ao ar livre, onde é visto frequentemente recuperandas tomando sol enquanto fazem suas atividades laborais.

Ao ser perguntada do que gosta na APAC, a resposta de Tulipa foi prática: “aqui a gente respira ar puro”. No entanto, as recuperandas também tem críticas ao método, no caso de Tulipa, afirmou categoricamente que em sua opinião “presa mandando em presa não dá certo, vira bagunça” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Um dos elementos do Método APAC, o segundo, é denominado “recuperando ajudando recuperando” e, de acordo com Ferreira (2016), “consiste em despertar nos recuperandos os sentimentos de responsabilidade, de ajuda mútua, de solidariedade e de fraternidade e da importância de se viver em comunidade” (Ferreira, 2016, p. 35).

Nas APACs não há agentes penitenciários e vigilância armada. A segurança e a disciplina nos CRSs são asseguradas com a colaboração das próprias pessoas em privação de liberdade, sob a supervisão das funcionárias. Na APAC Feminina de Belo Horizonte, as mulheres em cumprimento de pena são responsáveis pelas portarias dos espaços destinados ao regime fechado e ao semiaberto e da entrada principal.

A premissa “recuperando ajuda recuperando” e as funções distribuídas entre as recuperandas, entram em conflito com as relações sociais formadas dentro do próprio sistema prisional. Para além de Tulipa, Lily também tece a crítica “aqui todo mundo dedura todo mundo” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

O fato das recuperandas vigiarem umas às outras, promove uma vigilância permanente, que, conforme Foucault (1987), é uma forma de disciplinar as reclusas. Foucault aponta que o poder disciplinar tem como função produzir corpos dóceis, que são corpos disciplinados, neste contexto, a partir da vigilância de outras pessoas. Na APAC às reclusas são vigiadas constantemente, mesmo não tendo câmeras de segurança (com exceção da sala do setor administrativo) e policiamento. A vigilância acontece por meio de outras reclusas e funcionárias que estão sempre observando se as regras estão sendo cumpridas.

Lily já esteve na APAC Feminina de Itaúna, mas acabou voltando para o sistema comum onde a vigilância, tanto por parte dos funcionários, quanto das colegas de cárcere é menor, segundo relata; posteriormente decidiu voltar para o método apaqueano, ao ser perguntada dos motivos da volta, respondeu “gosto do respeito que tem com a gente, de ser chamada pelo nome, da comida daqui e da higiene” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Rosa também considera ser chamada pelo nome um ponto crucial do porque optou pelo método APAC ao invés do sistema prisional comum, “ah, aqui é bem melhor, a gente cria um respeito com a pessoa e também com o método APAC, e também é chamada pelo nome, é bem tratada”. Mas ressalta “tem que ter psicológico, tem hora que as regras deixam a gente doida, mas é bom pra quando eu sair” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Nos CRSs das APACs as pessoas que cumprem pena privativa de liberdade são chamadas pelo nome. Na APAC Feminina de Belo Horizonte todas as mulheres são chamadas pelo nome e usam um crachá, de forma a possibilitar que inclusive os visitantes também as chamem pelo nome. Como estabelece a Lei de Execução Penal - LEP em seu Art. 40, é direito da pessoa em privação de liberdade o chamamento pelo nome (Brasil, 1984, Art. 40, XI).

Nas APACs a preservação de hábitos, como os de usar talheres nas refeições e a não adoção de procedimentos, como os de “manter a cabeça abaixada” minimizam os efeitos biológicos do encarceramento. É importante observar que o termo utilizado foi minimizar e não eliminar, pois a própria situação de privação de liberdade já é em si limitadora do ir e vir e, por assim ser, desencadeia o processo de encarceramento. O que o método apaqueano faz é diminuir os efeitos desse processo sobre a pessoa que está em cumprimento de pena.

Ao preconizar o respeito à dignidade da pessoa em privação de liberdade e incentivar o desenvolvimento de sua autoestima, o autoconhecimento, bem como sua formação básica e profissional, a proposta de valorização humana do Método APAC pode reduzir os efeitos psicológicos do encarceramento. Segundo Ottoboni (2018, p.51), “o amor, a confiança e a disciplina são três aspectos de suporte de toda a metodologia apaquiana”.

Das cinco entrevistadas foi Petúnia que mais apresentou elogios ao método APAC, apesar de apresentar críticas a APAC de Belo Horizonte especificamente:

“gosto de tudo da APAC, a APAC me mudou, a confiança que tinham em mim lá em Itaúna, deixavam eu levar o lixo lá fora, sem medo de eu fugir... aqui na de Belo Horizonte tem muita coisa que não gosto, aqui não seguem o método direito não. não tem CCBS, não tem choque de realidade que é o que é o princípio da valorização humana” (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023)

CCBS é o Caminho do Cuidado em Busca da Sobriedade, um programa da APAC que tem como “objetivo trabalhar a superação da dependência química/alcoólica com os recuperandos (as) das APACs, a fim de que o egresso deles seja o mais exitoso possível” (REF FBAC). Petunia explicou que o programa é composto por oito sessões, que funcionam como aulas, e uma formação final.

Já o choque de realidade, não é um programa oficial do método apaquiano, mas sim uma prática popularizada em algumas APACs que, segundo Petúnia, funciona da seguinte maneira: reúne em roda e vem o inspetor da metodologia e fala umas coisas bem pesadas “você tá feliz de tá aqui?” “já pensou na sua mãe hoje”, que é pra gente lembrar que errou e não errar de novo (anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Apesar de, segundo o coordenador da unidade, o “choque de realidade” estar dentro do elemento “valorização humana” é possível perceber que consiste em um trabalho de conscientização mediante uma forte carga de culpabilização. A vivência da mulher encarcerada comumente é repleta de sentimento de culpa e falha. Elas tendem a se culpar não apenas pelo crime cometido, assim como por acreditarem terem falhado como mulher e nas responsabilidades maternas (Cunha; Granja, 2014). Acusam-se frequentemente de serem as ovelhas negras da família, de que nenhum outro membro da família chegou a cometer algum delito ou até mesmo atenuam a importância daqueles que foram cometidos (Sosa; Dimas; Cruz, 1992). Embora o sentimento de culpa também seja perceptível em muitos homens encarcerados, a herança de um modelo dominante e de um discurso produzido socialmente que atribui a força ao homem e a docilidade à mulher, mais uma vez, pode intensificar esse sentimento entre as mulheres devido ao não cumprimento de expectativas depositadas sobre elas.

Ao ser questionada se sente a diferença de gênero no sistema apaquiano, Petunia afirmou seguramente que não só sente, como existem diferenças entre as unidades masculinas e femininas da APAC, e contou como foi o surgimento das APACs femininas:

sim, tem diferença. antes só tinha APAC Masculina, mas aí o Doutor Valdeci visitou um presídio misto e viu que tinha muita violência, aí pensou no método APAC ser também para as mulheres. mesmo assim a feminina sempre fica pra trás (Anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Doutor Valdeci, referenciado por Petunia, se trata de Valdeci Ferreira, fundador da APAC de Itaúna; ex-diretor-geral da FBAC; diretor do Centro Internacional de Estudos do Método APAC (CIEMA); e assessor do Método APAC junto à Prison Fellowship International, órgão consultivo da ONU para assuntos penitenciários.

Petunia também conta das mudanças que ajudou a fazer na APAC Feminina de Belo Horizonte

quando eu cheguei aqui (na APAC Feminina de Belo Horizonte) todo mundo orava no masculino, e eu comecei a orar no feminino, aí mudou... a necessidade da mulher (privada de liberdade) é muito diferente da do homem (privado de liberdade). (Anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

De acordo com o artigo 41, XII, da Lei 7210/1984 (Brasil, 1984) (Lei de Execução Penal) , constitui direito do preso ser tratado com igualdade. Cumpre ressaltar que o citado dispositivo se refere ao princípio constitucional da igualdade, ou seja, tratar aos iguais com igualdade e aos desiguais com desigualdade. Dessa forma, a mulher deveria receber um tratamento específico para o gênero feminino nas penitenciárias, no entanto não há previsão desse tratamento específico da mulher no regulamento das APAC.

Outro ponto a ser destacado é a inexistência de um recorte de gênero nos princípios norteadores das APAC. Por exemplo, ao tratar do requisito de assistência à saúde, não existe nenhuma menção à assistência ginecológica nas unidades apaqueanas femininas. Apesar das doenças, provenientes da inexistência de acompanhamento ginecológico, constituírem situação comum nos estabelecimentos prisionais, não há a discussão de políticas públicas que garantam a proteção à saúde da mulher.

Ao ser questionada quais os planos após o término de seus estudos, Petunia contou que pretende ser inspetora de metodologia da APAC, especificamente da APAC de Itaúna, afirmando que “depois que você ama a metodologia não tem jeito.” (Anotação do momento da entrevista, diário de campo, 2023).

Petunia é o que o método apaqueano considera uma “recuperanda modelo”, ou seja, uma pessoa em privação de liberdade que passou pela conversão possibilitando “mudar de mentalidade e de comportamento, passar do egoísmo e do desamor para uma vida de amor e de doação” (OTTOBONI, 2006, p. 79).

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Seguindo os tópicos divididos no capítulo anterior a) Gênero e Cárcere - Quem são as mulheres em situação de cárcere?, tratando sobre identidade; b) Educação de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade – EJA PPL, tratando sobre a educação das recuperandas na APAC Feminina de Belo Horizonte; e c) Método APAC – Um método de Justiça Restaurativa, tratando das especificidades do método APAC

Pretende-se neste capítulo discutir os resultados da presente pesquisa e dialogar os dados colhidos buscando elucidar seus três objetivos específicos: a) Identificar quais são as políticas educacionais estabelecidas para mulheres em situação de cárcere na modalidade EJA dentro da APAC; b) Investigar o objetivo das mulheres em situação de cárcere ao fazerem EJA; c) Analisar se o objetivo da EJA pelo ponto de vista do método apaqueano é instruir ou moralizar as recuperandas, e seu objetivo geral: Investigar como acontece o processo da EJA dentro da APAC Feminina de Belo Horizonte tendo como foco o Ensino Médio.

Ottoboni (2014) afirma que “ninguém é irrecuperável”, sendo que um dos parâmetros mais importantes na análise da eficácia do método APAC é a reincidência. Nesse contexto, a APAC se insere e busca a ressocialização do recuperando, proporcionando sua reintegração ao convívio social e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho.

Uma das perspectivas dessa ressocialização perpassa pela Educação formal (Ensino Fundamental e Médio), direito social constitucionalmente garantido, por meio do qual a APAC oferece a Educação de Jovens e Adultos, nas suas dependências, além do Ensino Superior, ofertado em parceria com outras instituições. Ao pesquisar as políticas educacionais da EJA na APAC Feminina de Belo Horizonte, destacam-se as diretrizes do Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas no Sistema Prisional de Minas Gerais, delineando estratégias para aprimorar a política educacional dentro do sistema prisional, com ênfase na parceria entre órgãos estaduais, instituições de ensino e sociedade civil, ampliação da oferta educacional e promoção da igualdade e assistência educacional.

A articulação entre as escolas das APACs e as escolas regulares, como o segundo endereço da Escola Estadual Professora Nair de Oliveira Santana, assegura a continuidade dos estudos dos recuperandos, seguindo os currículos da EJA e da educação regular, respectivamente. Essa abordagem visa atender às necessidades

específicas dos alunos em situação de privação de liberdade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade e a possibilidade de conclusão dos estudos básicos.

A presença da escola dentro da APAC, em parceria com a Fundação Pitágoras, é um exemplo concreto de como a parceria com uma iniciativa privada pode contribuir para a oferta de educação nas prisões, fornecendo recursos materiais e apoio para educação continuada, como bolsas em cursos superiores EAD, motivando as recuperandas a seguirem com os estudos mesmo após a conclusão do ciclo básico por meio do ENCCEJA.

A maioria das entrevistadas teve seus ciclos escolares regulares interrompidos por questões de gênero, como a gravidez na adolescência, ou por questões relacionadas à precariedade, como ida para abrigos ou outras violências derivadas das desigualdades que sofreram pela classe social.

A maternidade se mostra como uma função social politizada, que influencia profundamente a vida das mulheres em situação de cárcere. Também como uma experiência múltipla, passando por mulheres que encontram força e apoio em seus filhos até aquelas que preferem manter uma distância para evitar o sofrimento, tanto próprio quanto de seus filhos. O sentimento de culpa de mães apenadas em relação aos filhos, vai de encontro aos resultados da pesquisa de Guedes (2006) com mulheres encarceradas. Essas, relataram sentimento de culpa pela perda do vínculo materno, em alguns casos, perda da guarda. Além disso, sentimentos de medo e preocupação em relação aos cuidados dos filhos.

A obrigatoriedade da atividade escolar na APAC é vista por essas mulheres como uma oportunidade de concluírem o ensino básico e proporcionarem uma vida melhor para si mesmas e para as famílias, quando saírem do sistema prisional, além disso também se apresenta como um meio de remição de pena e de ocupação do tempo em cárcere.

A remição de parte do tempo de execução da pena, por trabalho ou por estudo, passou a ser prevista pela Lei n.º 12.433, de 29 de junho de 2011 (Brasil, 2011), que alterou os Arts. 126, 127, 128 e 129 da LEP. A contagem do tempo a ser remido é feita à razão de um dia de pena a cada doze horas de frequência escolar divididas, no mínimo, em três dias. Para fins de remição pelo estudo é considerada a frequência escolar no ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda em cursos de requalificação profissional. As atividades podem ser desenvolvidas presencialmente ou

por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelos órgãos educacionais competentes (Brasil, 1984, Art. 126, § 2º).

A certificação por meio do Encceja PPL oferece uma oportunidade concreta para essa conclusão dos estudos básicos, integrando-os novamente à sociedade com habilidades e competências educacionais reconhecidas. A implementação do Encceja no sistema prisional é considerada um avanço, indo de acordo com Machado e Freitas (2014) a aplicação de exames externos de certificação pode trazer benefícios, visto que o núcleo gestor da escola, de posse dos resultados, poderá pensar em estratégias para garantir uma educação de qualidade para as pessoas em privação de liberdade.

Os critérios para a transferência de pessoas em cumprimento de pena privativa de liberdade para os Centros de Reintegração Social (CRSs) geridos pelas APACs são definidos na Portaria Conjunta n.º 653, de 11 de julho de 2017 (Brasil, 2017). De acordo com essa portaria, a transferência pode ocorrer mediante manifestação de interesse por parte do condenado, manutenção de vínculos familiares ou sociais na região do CRS, e aprovação do Juiz da Execução da respectiva jurisdição após consulta ao Ministério Público. Esses critérios são fundamentais para garantir que os recuperandos estejam dispostos e aptos a se ajustar às regras e filosofia do método apaqueano.

Na pesquisa foi possível identificar que além dos parâmetros educacionais legais, a EJA na APAC também tem influências da perspectiva moralizante do método APAC. O método visa modificar a pessoa em privação de liberdade para que seja temente a Deus e moralmente orientado. No entanto, o próprio Ottoboni (2001) evidencia que o padrão moral do método é passível de não ser cumprido, tendo em vista que asseverou em um de seus livros, ter violado a ética perante o Judiciário ao solicitar absolvição de um detento.

Na concepção de Foucault “moral” constitui-se em um conjunto de regras e valores impostos aos sujeitos por meio de aparelhos prescritivos diversos, como por exemplo, a religião que é sujeita a ter seguidores e transgressores. Assim, moral refere-se ao comportamento real dos sujeitos em relação aos valores e regras propostos.

De acordo com Soares (2011) é desnecessário a inserção de conteúdo religioso na metodologia apaqueana, tendo em vista que prisões francesas não tem vinculações religiosas e apresentam resultados similares às APACs, o que evidencia que a experiência religiosa não é essencial na ressocialização de apenados. Conforme a

autora, o desenvolvimento da moral do ser humano pode ser de origem religiosa, mas também, de fontes filosóficas, como a ideia de justiça e de respeito à vida.

A moral guiada por valores religiosos afeta diretamente a relação da APAC com questões raciais e de gênero, dificultando a instituição de reconhecer e enfrentar o racismo institucional e o preconceito de gênero presentes no sistema prisional. As micro violências que podem afetar as identidades, também podem comprometer a educação dentro das APACs, uma vez que os direitos constitucionais garantem à liberdade de pensamento, consciência e religião (art. 5º, VI e VIII da Constituição Federal). Para garantir uma educação eficaz, inclusiva e respeitosa dos direitos fundamentais, é essencial que a influência religiosa seja equilibrada com o compromisso com uma educação laica, abrangente e crítica.

Embora a APAC adote uma abordagem de justiça restaurativa e valorize a dignidade das pessoas em situação de cárcere, ainda há desafios a serem enfrentados para garantir uma abordagem verdadeiramente inclusiva e equitativa, que reconheça e respeite as diferenças históricas, culturais e sociais das mulheres encarceradas.

Quanto ao modo que acontece a educação de jovens e adultos privados de liberdade na APAC Feminina de Belo Horizonte, foi possível perceber que seu currículo segue o que a Resolução nº 03, de 11 de março de 2009 (Brasil, 2009), que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação nos estabelecimentos penais, quando afirma que deve ser elaborado um currículo próprio para atender a educação em prisões que considere o tempo e o espaço dos sujeitos que estão inseridos nesse contexto, de modo a auxiliar sua reintegração social. Ademais, a proposta de se construir um currículo eficaz com o intuito de atender esse público, precisa partir do pressuposto de que existe uma cultura dentro do cárcere que precisa ser considerada. (Duarte; Pereira, 2017).

Pelas investigações na presente pesquisa também foi possível confirmar que, apenas o ENCCEJA PPL, citado anteriormente, é realizado para as pessoas em situação de liberdade para fins de certificação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A aplicação, de formato anual, segue os mesmos critérios estabelecidos no exame regular, e é aplicado tanto para aqueles que não concluíram o Ensino Fundamental quanto para aqueles que não concluíram o Ensino Médio. As recuperandas interessadas em concluir seus estudos, seja para o ensino fundamental ou para o ensino médio,

candidatam-se de forma voluntária. Caso sejam aprovadas, podem solicitar, por intermédio do advogado ou da família, tanto o certificado de conclusão da etapa de escolaridade quanto a declaração para remição de pena pelo estudo.

Ao incentivar os estudos em seu método tornando-o uma obrigatoriedade para a transferência de pessoa em situação de cárcere para suas unidades, a APAC dá ênfase à educação, reforçando que "O processo educativo é libertador porque transforma na essência a capacidade do homem em agir e refletir" (Arakaki, et al., 2018a, p.9). Quanto ao papel da educação no processo de formação do preso e o seu retorno ao convívio social, os autores acrescentam que:

É preciso reconhecer no preso suas reais possibilidades de ascensão e integração à sociedade, sendo assim a educação desenvolve suas potencialidades, qualificando-o e tornando-o apto ao mercado de trabalho e convívio social, além do resgate da autoestima e a consciência de si como ser humano digno e autônomo. Afinal busca-se uma educação que produza resultados concretos e, de fato, contribua para o resgate da dignidade do preso (Arakaki, et al., 2018a, p. 9)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas vezes, o trabalho intelectual leva ao confronto com duras realidades. Pode nos lembrar que a dominação e a opressão continuam a moldar as vidas de todos, sobretudo das pessoas negras e mestiças. Esse trabalho não apenas nos arrasta mais para perto do sofrimento, como nos faz sofrer. Andar em meio a esse sofrimento para trabalhar com ideias que possam servir de catalisador para a transformação de nossa consciência e nossas vidas, e de outras, é um processo prazeroso e extático. Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (Hooks, 1995, p.479)

O objetivo da presente pesquisa foi responder a questão: “como acontece o processo de aprendizagem da eja na apac feminina de belo horizonte?”. Tendo quatro categorias como norte para a desejada resposta: EJA, a Educação Prisional no Brasil, o papel do gênero na trajetória de mulheres encarceradas e a APAC e sua criação.

O recorte teórico foi realizado a partir de uma linha do tempo nos campos da EJA e da Educação Prisional, assim como um levantamento histórico do método APAC, desde seu surgimento até os dias atuais. Através desses levantamentos foi possível perceber que esses três temas: EJA, Educação Prisional e Método APAC, surgiram como formas de reparação de anos de injustiças e desigualdades no campo da educação e no tratamento de pessoas privadas de liberdade.

Na revisão sistemática da literatura, parte fundamental da estruturação da pesquisa, observou-se a escassez de pesquisas sobre educação prisional com recorte de gênero e também sobre essa prática, de educação de mulheres em situação de cárcere que escolhem estar no sistema apaquiano, reforçando a importância da investigação do tema.

A aproximação com o campo se deu através de um projeto de extensão universitária da PUC Minas, onde a pesquisadora participou de rodas de conversa dentro da APAC Feminina de Belo Horizonte, com as recuperandas do regime semi-aberto. O contato prévio com a APAC, influenciou a percepção da pesquisadora, pois o discurso que

circula a respeito da instituição, é seu diferencial em valorizar integralmente o ser humano.

Na pesquisa se comprovou que as condições de cumprimento de pena privativa de liberdade na APAC Feminina de Belo Horizonte obedecem aos ditames da Lei de execução Penal (Brasil, 1984), desde à estrutura física, quanto ao acesso aos direitos básicos, como separação por regime, acesso ao trabalho, estudo, bem como, progressão de pena e remissão. Porém, a realidade evidenciou que a APAC Feminina, em específico, perpetua normas de gênero e silêncio para as questões identitárias. Foi possível observar tais elementos a partir das falas da observação no projeto de extensão, e também na fala de recuperandas e professoras entrevistadas no momento da pesquisa de campo.

Tratando-se da unidade em si, não podemos deixar de mencionar que os ganhos objetivos das reclusas em cumprirem pena em uma unidade APAC são consideráveis, tanto no que concerne à estrutura física, tratamento digno para elas e suas famílias, como o acesso a direitos básicos que diz respeito à saúde, educação e trabalho. Tais elementos contrastam significativamente com as condições desumanas encontradas no sistema prisional convencional. Porém, existem alguns questionamentos importantes a serem pontuados, como o fato de a religiosidade encontrar-se presente no âmbito da execução penal brasileira.

O objeto de pesquisa em si, a EJA na APAC Feminina de Belo Horizonte apresenta uma série de desafios e oportunidades. A legislação brasileira, em especial a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) (Brasil, 1984) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) (Brasil, 1996), estabelecem a obrigatoriedade da oferta de educação básica nas unidades prisionais. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas educacionais enfrenta barreiras relacionadas à infraestrutura, formação de professores e acesso ao ensino de qualidade.

A carência de estrutura física adequada é um dos principais entraves à efetivação da EJA nas APAC femininas. Muitas unidades possuem espaços limitados e precários, o que compromete a realização de atividades educacionais de forma satisfatória. Além disso, a falta de recursos materiais e tecnológicos dificulta o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, fundamentais para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade.

Outro desafio enfrentado é a formação e capacitação dos profissionais que atuam na área da educação dentro das APAC femininas. É essencial que esses profissionais possuam conhecimentos específicos sobre a realidade das mulheres em situação de privação de liberdade, bem como sobre metodologias de ensino voltadas para esse público. Investir na formação continuada desses profissionais é fundamental para garantir uma educação que respeite a diversidade e promova a inclusão social.

Além das questões estruturais e de formação de professores, a garantia do acesso à educação para as mulheres privadas de liberdade nas APAC também esbarra em obstáculos relacionados à sua própria condição jurídica. A burocracia e a morosidade do sistema penal muitas vezes dificultam o acesso dessas mulheres aos programas educacionais disponíveis, o que acaba por perpetuar o ciclo de exclusão social e marginalização.

Apesar dos desafios, a EJA nas APAC femininas também apresenta oportunidades significativas de ressignificação e reinserção social. Por meio da educação, é possível promover a autonomia e a capacitação profissional das mulheres em situação de privação de liberdade, contribuindo para sua reintegração à sociedade e para a redução da reincidência criminal. Nesse sentido, é fundamental que sejam desenvolvidas políticas públicas que garantam o acesso universal e igualitário à educação, respeitando a dignidade e os direitos humanos das mulheres encarceradas.

Em suma, a efetivação da EJA nas APAC femininas requer o enfrentamento de uma série de desafios, que vão desde questões estruturais até demandas relacionadas à formação de professores e acesso à justiça. No entanto, é preciso reconhecer também o potencial transformador da educação nesse contexto, como ferramenta fundamental para a promoção da cidadania e da inclusão social das mulheres em situação de privação de liberdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. **Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

ALMEIDA, Maria Lucia de Oliveira. **Vozes de dentro de mulheres e de muralhas: um estudo sobre jovens presidiárias em Salvador, Bahia**. 2006. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

ALVES, Yara Elizabeth. **Práticas formativas das mulheres em privação de liberdade e das em situação de egressas do sistema prisional de Minas Gerais**. 2021. 356 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas et al. **Conscientização da ressignificação do perfil e lugar do reeducando (recuperando) da APAC**. In: SEMINÁRIO CIENTÍFICO DO UNIFACIG: SOCIEDADE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 4., 2018, Manhuaçu. Anais [...]. Manhuaçu: [s.n.], 2018.

ARROYO, M.G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, L. A. de; MARÇAL, C. C. S. **Educação encarcerada: um estudo sobre mulheres reclusas e estudantes na capital de Minas Gerais**. Revista Educação e Emancipação, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 152-174, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). **Resolução nº 3**, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a Oferta de Educação nos Estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 22, 25 mar. 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Resolução Conjunta nº 1**, de 15 de abril de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 678**, de 6 de Julho de 1850. Dá Regulamento para a Casa de Correção do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-678-6-julho-1850-560002-publicacaooriginal-82510-pe.html>.

BRASIL. **Lei nº 3274/1957.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3274.htm.

BRASIL. 2005. **Lei n. 7210**, de 11-07-1984: Lei de Execução Penal.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 12.433**, de 29 de junho de 2011. Altera a Lei nº 7210/84 de 11 de julho de 1984. Dispõe sobre a remição da pena por estudo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 de junho de 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.714**, de 14 de setembro de 2012. Dispõe sobre o sistema de acompanhamento da execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança.

BRASIL. **Lei Estadual nº 15.299** de 09 de Agosto de 2004. Disponível em:
<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=15299&comp=&ano=2004>.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos.** Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Aplicação de exames e avaliações em unidades prisionais e socioeducativas.** 2014. Disponível em:
http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/encejeja/encejeja_cartilha_prisional.pdf.

BRASIL. **Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres.** Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Política Nacional de Atenção às mulheres em situação de privação de liberdade e egressas do sistema prisional.** Brasília: Ministério da Justiça, 2014b.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula Vinculante nº 9. O disposto no artigo 127 da **Lei nº 7210/1984** (Lei de Execução Penal) foi recebido pela ordem constitucional vigente, e não se lhe aplica o limite temporal previsto no caput do artigo 58.

CASTELLI, R.; GISI, B.; SERRAO, L. F. S. **Enceja**: cenário de disputas na EJA. Rev. bras. Estud. pedagog. (on-line), Brasília, v. 94, n. 238, p. 721-744, set./dez. 2013.

CNPCP. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Resolução n. 3**, de 11 de março de 2009. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais.

COELHO, E. de A. C. **Associação entre gravidez não planejada e o contexto socioeconômico de mulheres em área da Estratégia Saúde da Família**. Acta Paulista de Enfermagem, 2012.

CONSTANT, Chloé. **Sexe(s) derrière les barreaux**: inégalités d'accès à la visite intime et hétérogénéité des pratiques sexuelles. Champ Pénal, v. 6, p. 1-18, 2013.

CUNHA, Manuela Ivone; GRANJA, Rafaela. **Gender asymmetries, parenthood and confinement in two Portuguese prisons**. Champ Pénal, v. 11, 2014.

DA SILVA Cardoso, F.; BONFIM, A. **O acesso à educação por mulheres presas**: a educação nas prisões em perspectivas de gênero. Revista Educar Mais, v. 6, p. 164-182, 2022.

DE SOUZA OLIVEIRA PAES LEME ALBERTO, M.; GOBBI DUTRA MEDEIROS, L.; ANTÔNIO DE CARVALHO, M.; ADRIANA DA SILVA SANTIAGO, L. **Formação educacional e profissional e a política de reintegração social das APACs nas produções científicas**. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 15, p. e4523063, 2021.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yonna. **A disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. Porto Alegre: ArtMed, 2006. p. 15-41.

DUARTE, A. J. O.; SIVIERI-PEREIRA, H. O. **Aspectos históricos da educação escolar nas instituições prisionais brasileiras do período imperial ao século XXI.** Educação Unisinos, v. 22, n. 4, p. 344-352, 2018.

DUARTE, Ana Maria Tavares; PEREIRA, Cleyton Feitosa. **A educação de pessoas privadas de liberdade numa perspectiva inclusiva e ressocializadora: limites e contradições.** Revista Interterritórios, Caruaru, v. 3, n. 5, p. 88-105, 2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, Valdeci Antônio. **Juntando cacos, resgatando vidas: valorização humana - base e viagem ao mundo interior do prisioneiro: psicologia do preso.** Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2016.

FIDALGO, F. S. R.; OLIVEIRA, M. A. M. **Educação nas prisões: pesquisas e pesquisadores.** Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v. 32, n. 2, p. 86-100, 2023.

FIGUEIREDO, A. C. C.; STENGEL, M.; OLIVEIRA, A. **Sexualidade das mulheres em um presídio misto brasileiro: relações de poder e violências múltiplas.** Sociedade E Estado, v. 37, n. 2, p. 531-549, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020007>.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GONÇALVES, Betânia Diniz; COELHO, Carolina Marra Simões; VILAS BOAS, Cristina Campolina. **Mulheres na prisão: um estudo qualitativo.** Curitiba: Appris, 2017.

GRANJA, Rafaela Patrícia Gonçalves. **Para cá e para lá dos muros: relações familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2015.

HOOKS, B. **Intelectuais negras.** Revista Estudos Feministas, 1995.

LEE, Alexander. **Nowhere to go but out:** the collision between transgender & gender variant prisoners and the gender binary in America's Prisons. Los Angeles: Just Detention International, 2003.

LEITE, Maynar. **Cartografar (n)a prisão.** Estud. Pesqui. Psicol., Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 795-813, 2014.

MARTINS, T. A. **Educação na APAC:** uma oportunidade de reintegração social do recuperando. Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo, v. 3, n. 3, p. e335344, 2021.

MINAS GERAIS. **Plano Estadual de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional de Minas Gerais.** Secretaria de Estado de Educação e Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, 2021.

NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira:** 500 anos de história, 1500-2000. 7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989.

PARECER CNE/CEB 11/2000 - HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 7/6/2000, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.

PEREIRA, L. A. **Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC):** análise descritiva sobre o modelo de gestão prisional. Monografia (Curso de Gestão Pública) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

RICORDEAU, Gwénola. **Sexualités féminines en prison:** pratiques, discours et représentations. Genre, Sexualité & Société, v. 1, 2009.

RODRIGUES, F. M. M. **Reflexões sobre concepções pedagógicas na educação de jovens e adultos em espaço de privação de liberdade:** experiência num presídio feminino. Imagens da Educação, v. 9, n. 1, p. 157-169, 23 maio 2019.

QUEIROZ, Nana. **Presos que menstruam**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Record, 2017.

SAMPAIO, Aysla Wisllaine Lopes; DOS SANTOS, Pedro Fernando. **O ensino prisional para mulheres privadas da liberdade: um debate da realidade**. Revista Multidisciplinar e de Psicologia, v. 14, n. 53, p. 247-259, 2020.

SANTOS, Zeni Xavier S; DIAS, Felipe da Veiga. **Encarceramento da população negra: análise do sistema punitivo com base na teoria do Labeling Approach e na criminologia crítica**. Revista da Defensoria Pública, ed. 15, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Resolução nº 1.180** de 28 de agosto de 2008.

SILVA, Ana Paula de Souza e. **Direitos à educação dos apenados no Brasil: histórico e ornamento jurídico atual**. Revista Artigos.Com, Campinas, SP, v. 2, p. e805, 21 abr. 2019.

SILVA, Amaury. **O panóptico no território das APACs**. Leme (SP): JH Mizuno, 2018.

SILVA, Ronaldo Alves Marinho da; SANTIAGO, Brunna Rabelo. **Desigualdade de gênero: uma análise da exclusão da mulher no processo de implementação das APACs no Brasil**. Interfaces Científicas - Humanas e Sociais, v. 6, n. 1, p. 33-46, 2017.

SOARES, E. F. **Uma reflexão sobre as APACs**. Revista do CAAP, 2011.

SOUZA, K. O. J. **A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas**. Psicologia em Estudo, 2009.

SOUZA, Maria Celeste Fernandes; NONATO, Eunice Maria Nazareth; BICALHO, Maria Gabriela Parenti. **Lógicas de exclusão/inclusão dos processos educativos no contexto prisional feminino**. Educ. Soc., Campinas, v. 38, n. 138, p. 45-61, jan. 2017.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.

OTTOBONI, Mário. **Vamos matar o criminoso? Método APAC**. São Paulo: Paulinas, 2001.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

Weber, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?** Horizontes Antropológicos, v. 15, n. 32, p. 157-170, 2009.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista Estudos Feministas, ano 9, 2º semestre, 2001.

Werneck, J. **Racismo Institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo, 2013.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

N.º Registro CEP:

Título do Projeto: Educação de Jovens e Adultos na APAC Feminina de Belo Horizonte

Prezado Sr(a),

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa que estudará as políticas educacionais estabelecidas para as mulheres em situação de cárcere na modalidade EJA dentro da APAC.

Você foi selecionado(a) por ser recuperanda da APAC e estar em processo de escolarização. A sua participação nesse estudo consiste em entrevista semiestruturada com gravação de voz realizada na APAC Feminina de Belo Horizonte e após será realizado um estudo de caso, tendo em vista sua experiência como recuperanda e aluna da EJA.

Os riscos envolvidos nesse estudo são desconforto, constrangimento ou qualquer tipo de mudança de humor durante a realização da entrevista. Como forma de minimizar os riscos/desconfortos adotaremos as seguintes medidas: abertura para a expressão de qualquer um dos citados, e pausa ou finalização da entrevista, caso necessário.

Sua participação é muito importante e voluntária e, conseqüentemente, não haverá pagamento por participar desse estudo. Em contrapartida, você também não terá nenhum gasto.

As informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação em todas as fases da pesquisa, e quando da apresentação dos resultados em publicação científica ou educativa, uma vez que os resultados serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa. Você poderá se recusar a participar ou a responder as questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Todo material coletado durante a pesquisa ficará sob a guarda e responsabilidade do pesquisador responsável pelo período de 5 (cinco) anos e, após esse período, será destruído.

Rubrica do Pesquisador:

Rubrica do Participante:



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
 Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
 Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

Os resultados dessa pesquisa servirão para visibilizar as mulheres em situação de cárcere enquanto alumnado da EJA e entender como um sistema de justiça restaurativa como a APAC pode ser eficaz no processo de educação tardia.

Para todos os participantes, em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa, será observada, nos termos da lei, a responsabilidade civil.

Você receberá uma via deste termo onde constam os dados de contato do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Pesquisador responsável: Izabela Silva Moreira, (31)97311-7625, izabela090@hotmail.com

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que poderá ser contatado em caso de questões éticas, pelo telefone (31)3319-4517 ou e-mail cep.proppg@pucminas.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa é uma autoridade local e porta de entrada para os projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, e tem como objetivo defender os direitos e interesses dos participantes em sua integridade e dignidade, contribuindo também para o desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos.

() autorizo gravação em áudio () autorizo gravação em vídeo () não autorizo gravação

O presente termo será assinado em 02 (duas) vias de igual teor.

Belo Horizonte,

Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade para participar deste estudo.

 Nome do participante (em letra de forma)

 Assinatura do participante ou representante legal

 Data

Rubrica do Pesquisador:

Rubrica do Participante:

Eu, Izabela Silva Moreira, comprometo-me a cumprir todas as exigências e responsabilidades a mim conferidas neste termo e agradeço pela sua colaboração e sua confiança.

Assinatura do pesquisador

Data

Rubrica do Pesquisador:

Rubrica do Participante:

Apêndice B – Termo de Compromisso de Dados (TCUD)



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Pró-Reitoria de Pesquisa e de Pós-graduação
Comitê de Ética em Pesquisa - CEP

PUC Minas

TERMO DE COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO DE DADOS-TCUD

Eu, Izabela Silva Moreira, abaixo assinado, pesquisadora envolvida no projeto Educação de Jovens e Adultos na APAC Feminina, me comprometo a manter a confidencialidade sobre os dados coletados nas entrevistas, bem como a privacidade de seus conteúdos, conforme preconizam as Resoluções CNS nº 466/12 e CNS nº 510/16, do Ministério da Saúde.

Declaro, ainda, conhecer e cumprir os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que serão utilizados para a execução do presente projeto de pesquisa, e que o tratamento dos dados deverá ocorrer de acordo com o descrito na versão do projeto aprovada pelo CEP PUC Minas.

Belo Horizonte,

Nome	RG	Assinatura
Izabela Silva Moreira	MG-15.492.780	<i>Izabela Silva Moreira</i>

Apêndice C - Roteiro entrevista semiestruturada para as recuperandas

Roteiro Entrevista – Recuperandas

BLOCO I

Dados Demográficos

1. Idade
2. Gênero
3. Orientação sexual
4. Etnia
5. Estado Civil

BLOCO II

Histórico escolar e educação prisional

1. Escolaridade
2. Cursou a trajetória escolar em instituições públicas e/ou privadas?
3. Quais foram as causas do abandono ou interrupção da trajetória escolar?
4. O que motivou a retomar os estudos no ambiente prisional?

BLOCO III

Questões de gênero e aprisionamento

1. Há quanto tempo está em situação de privação de liberdade?
2. Como “ser mulher” atravessou sua história até o aprisionamento?
3. As questões de gênero, dentro e fora do ambiente prisional, se diferenciam em sua experiência?
4. Em quais atividades educativas e/ou laborais você está envolvida atualmente?

BLOCO IV

Método APAC

1. Por que escolheu ir para o regime apaquiano?
2. Há quanto tempo está inserida no método APAC?
3. Se encontra no regime fechado ou no semiaberto?

4. Em sua percepção, quais as principais diferenças do método APAC para o regime tradicional?

Apêndice D – Roteiro entrevista semiestruturada para os professores

Roteiro Entrevista – Professor EJA PPL

Bloco I

Dados Demográficos

1. Idade
2. Gênero
3. Etnia

Bloco II

Carreira Docente

1. Qual sua trajetória profissional?
2. Há quanto tempo dá aula na EJA?
3. Há quanto tempo dá aula na EJA PPL?

Bloco III

Docência na APAC Feminina

1. Como funciona a Educação de Jovens e Adultos para pessoas privadas de liberdade?
2. Quais as dificuldades enfrenta no regime carcerário enquanto professor?
3. Já deu aula em regimes de encarceramento masculino? Se sim, vê diferenças atravessadas pelo gênero na educação de pessoas privadas de liberdade?
4. Já deu aula em outros espaços de encarceramento que não adotavam o método APAC? Se sim, vê diferença entre o método apaquiano e o regime comum?

ANEXOS**Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética**



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE MINAS GERAIS -
PUCMG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos na APAC Feminina de Belo Horizonte

Pesquisador: IZABELA SILVA MOREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70988023.3.0000.5137

Instituição Proponente: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.421.172

Apresentação do Projeto:

A pesquisa pretende investigar a educação de jovens e adultos de mulheres que se recuperam na APAC feminina de Belo Horizonte. A questão é se a EJA, nesse caso, tem o papel de ressocialização ou de moralização. A educação prisional é garantida por lei, e, de acordo com o projeto, é preciso pensar na sua função social, já que a educação, pode proporcionar melhores oportunidades fora do prisão, além de contribuir para a ressocialização de quem está preso. Segundo dados do INFOPEN, que constam do projeto, 20% das mulheres presas, estudavam antes de serem encarceradas e, dessas, 40% cursavam o ensino fundamental na EJA. Embora o número de mulheres detidas que estudam seja superior ao de homens, é um número irrisório. Mas a maioria prefere trabalhar a estudar no ambiente prisional. As participantes da pesquisa são recuperandas (mulheres em situação de cárcere), que se encontram cumprindo pena na APAC Feminina de Belo Horizonte e que estejam participando da Educação de Jovens e Adultos dentro do sistema, e se preparando para prestar o ENCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) ou o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Tendo em vista que a pesquisa irá considerar a EJA dentro do ambiente de cárcere e que as participantes da pesquisa se encontram em uma realidade singular, serão incorporadas estratégias do estudo de caso por meio de entrevistas semiestruturadas com 3 a 5 recuperandas. Também será utilizada a análise documental, não só por meio dos dados públicos, mas também através da legislação vigente e de documentos específicos do locus de pesquisa, a APAC Feminina de Belo Horizonte.

Endereço: Av. Dom José Gaspar, nº 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br



Continuação do Parecer: 6.421.172

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

- Identificar quais são as políticas educacionais estabelecidas para mulheres em situação de cárcere na modalidade EJA dentro da APAC.

Objetivo Secundário:

- Contrastar em situação de cárcere, na visão das recuperandas, os objetivos da EJA com as perspectivas do método apaqueano.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos envolvidos nesse estudo são desconforto, constrangimento ou qualquer tipo de mudança de humor durante a realização da entrevista. Como forma de minimizar os riscos/desconfortos adotaremos as seguintes medidas: abertura para a expressão de qualquer um dos citados, e pausa ou finalização da entrevista, caso necessário.

Benefícios: Visibilizar as mulheres em situação de cárcere enquanto alunado da EJA e entender como um sistema restaurativo como a APAC pode ser eficaz no processo de educação tardia.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto atende aos requisitos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram anexados e estão de acordo com as normas vigentes.

Recomendações:

Solicita-se que seja informado no TCLE que não haverá benefício direto para as participantes da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto e tendo em vista as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo Seres Humanos consideramos o protocolo de pesquisa SEM PENDÊNCIAS, devendo o pesquisador realizar as orientações conforme o disposto no Parecer Consubstanciado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas

Endereço: Av. Dom José Gaspar, nº 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br



Continuação do Parecer: 6.421.172

na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_P ROJETO_2161702.pdf	30/06/2023 16:03:35		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCUD_signed.pdf	30/06/2023 16:03:08	IZABELA SILVA MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Corrigido.pdf	30/06/2023 16:02:50	IZABELA SILVA MOREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado_Izabela_Moreira.pdf	28/06/2023 15:12:22	IZABELA SILVA MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_IZABELASILVAMOREIR A_signed.pdf	28/06/2023 14:57:58	IZABELA SILVA MOREIRA	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

BELO HORIZONTE, 10 de Outubro de 2023

Assinado por:
CRISTIANA LEITE CARVALHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Dom José Gaspar, nº 500 - Prédio 03, sala 228
Bairro: Coração Eucarístico **CEP:** 30.535-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3319-4517 **Fax:** (31)3319-4517 **E-mail:** cep.proppg@pucminas.br